

# Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Com desgaste de Guedes, centrão e militares querem desmembrar Economia..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Livros só para ricos? (3)..... 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Parlamentares terão controle de mais da metade dos investimentos federais..... 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estados e municípios pedem reforma de tributo sobre consumo..... 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - SAÚDE  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Senado aprova imunidade tributária para vacinas usadas contra epidemias..... 10

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

A lentidão da Reforma Tributária e um novo regime de atualização patrimonial (2)..... 11

O GLOBO - ON LINE - RJ - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

CPI da Pandemia no Senado amplia pressão sobre governo; entenda a crise em 5 pontos  
..... 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Gasto de estrangeiros cai 80%, e turismo teme isolamento do Brasil..... 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Gastar; tributar e reformar (2)..... 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

EUA apresentam plano para taxar lucro global de empresas..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Guedes fala em taxa de câmbio equilibrada em cerca de R\$ 4,50..... 20

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Biden propôs acordo que taxa 'big techs' e elimina paraíso fiscal..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Plano encerraria 30 anos de guerra fiscal entre os países..... 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
ECONOMIA

Orçamento: processo no TCU pressiona Planalto..... 27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Leilão não "dribla" teto de gastos .....	29
ESTADO DE MINAS - MG - OPINIÃO ECONOMIA	
Aquisição de vacinas contra COVID-19 por empresas (2) .....	30
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Banco Central não deixaria de subir juros por impacto na dívida pública, diz diretor .....	31
O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA ECONOMIA	
"Empresários querem ambiente político calmo" .....	32
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Edital do leilão do 5G entra na mira de técnicos do TCU .....	35
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
A economia e a lentidão da vacina - CELSO MING .....	37
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA	
País tem de conter fome se alastrando na esteira do vírus (3) .....	39
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Reforma administrativa pode gerar economia de R\$ 128 bi a Estados e União .....	40
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Planalto tentará distribuir o desgaste da CPI - BRASÍLIA - DF .....	43

# Com desgaste de Guedes, centrão e militares querem desmembrar Economia

*Julia Chaib, Gustavo Uribe e Bernardo Caram Brasília*

A falta de iniciativa do ministro da Economia, Paulo Guedes, em pedir um ajuste prévio da proposta orçamentária deste ano aumentou a defesa tanto dentro como fora do governo da necessidade de divisão do Ministério da Economia.

A avaliação compartilhada tanto por integrantes do centrão como da cúpula militar é de que o tamanho da superpasta tem afetado o avanço de projetos na área econômica e o rendimento do ministro.

Como mostrou a Folha nesta quinta-feira (8), apesar de dizer que o prazo para pedir ajustes na proposta orçamentária estava apertado, Guedes teve mais de dois meses entre a consolidação de dados e a votação do projeto.

A proposta enviada considerava 2,09% para o INPC (índice Nacional de Preços ao Consumidor). Porém, o indicador fechou em 5,45%.

Mesmo assim, a pasta não enviou um **comunicado** oficial avisando que seria preciso calibrar as despesas.

A necessidade de adequar a proposta criou um impasse entre Economia e Congresso e aumentou a defesa para que a superpasta seja desmembrada, o que poderia concentrar a atuação do ministro em setores estratégicos.

No atual governo, antigos ministérios foram rebaixados para o status de secretarias para serem incorporados pela Economia, como ocorreu com Planejamento, Trabalho e Indústria. Ao todo, a superpasta reúne oito secretarias especiais.

A proposta defendida por deputados e senadores seria a recriação de dois ministérios: Planejamento e Indústria.

Além de desafogar o ministro, a mudança abriria mais dois canais de diálogo com a área econômica do governo.

Assim, defendem os congressistas, como em governos anteriores, a orientação sobre a política econômica não ficaria concentrada nas mãos de um único ministro, podendo haver um maior debate, por

exemplo, sobre medidas fiscais e investimentos públicos.

O tamanho da Economia é criticado desde o início da atual gestão por militares do governo, que a comparam a um elefante pesado e lento. Além disso, a linha liberal do ministro, rígida com o ajuste fiscal, é avaliada por integrantes do governo como exageradamente ortodoxa.

Para assessores palacianos, a rigidez no controle das contas públicas era crucial na primeira metade do mandato do presidente. Agora, no entanto, com a proximidade da campanha à reeleição, é necessário haver maior investimento em obras públicas.

Além das duas novas pastas, o centrão também tem defendido a recriação de estruturas. No PL, por exemplo, integrantes do partido pregam que o Ministério da Infra estrutura também seja desmembrado.

Em conversas com o presidente Jair Bolsonaro (sem partido), dirigentes da sigla chegaram a pedir que o Ministério dos Transportes fosse recriado. O mandatário, porém, afirmou que a legenda seria contemplada com outra pasta.

A sigla acabou ganhando o controle da Secretaria de Governo, responsável pela articulação política, que passou a ser conduzida pela deputada federal Flávia Arruda (PD DF), aliada do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

A ideia de desidratar a Economia já foi levada a Bolsonaro em mais de uma oportunidade. Agora, porém, diante da relação conturbada entre Guedes e o Congresso, ela passou a ser encampada pela base do governo.

Segundo assessores presidenciais, no entanto, Bolsonaro tem dúvidas sobre a iniciativa. O receio do presidente é deque, uma mudança, nem que seja sob uma justificativa administrativa, possa levar o ministro a deixar o governo.

Em jantar com um grupo de empresários, na noite de quarta-feira (7), Bolsonaro acenou com a permanência de Guedes, pelo menos neste momento.

Em conversas reservadas, Guedes vem afirmando que não aceita que a pasta seja desmembrada.

O argumento é que a fusão de ministérios reduziu gastos públicos e aumentou a eficiência dos serviços, reduzindo brigas que antes existiam, inclusive entre os ministros da área econômica.

Mesmo assim, entre militares e congressistas, a manutenção de Guedes tanto no governo como em uma pasta do tamanho da atual é considerada uma dúvida, sobretudo pelo ministro ter perdido apoio no Legislativo.

A condução da negociação sobre a proposta orçamentária deste ano foi considerada desastrosa tanto por congressistas como por palacianos. Na avaliação deles, o ministro fez acordos com Bolsonaro sem consultar o Congresso.

Na Câmara, os principais líderes do centrão reclamam que Guedes busca uma solução que envolve vetar recursos que estão na peça orçamentária, inclusive o pedaço que diz respeito à Câmara, daí a forte resistência de Lira.

De um modo geral, a reclamação é que Guedes nunca cede à política e insiste em soluções individuais. A opinião é de que Bolsonaro precisa urgentemente de um novo interlocutor com o Congresso na área econômica.

Guedes passou a ser chamado, em caráter reservado, de Evergreen, nome da empresa cujo navio bloqueou recentemente o fluxo do Canal de Suez. Para deputados e senadores, o ministro tem impedido o acordo para o Orçamento.

A embarcação, de 400 metros de comprimento, encalhou no canal no dia 23 de março, interrompendo uma das rotas comerciais mais importantes do mundo durante seis dias. O entrave inspirou o centrão a apelidar o ministro com o mesmo nome, numa crítica à resistência de Guedes em aceitar a demanda de deputados e congressistas por emendas no Orçamento e, assim, destravá-lo.

O Orçamento foi considerado inexecutável pelo Ministério da Economia por fazer cortes bilionários em gastos obrigatórios, como aposentadorias, para ampliar o valor de emendas parlamentares.

Técnicos argumentam que a sanção da peça, tal como está, poderia fazer o presidente incorrer em crime de responsabilidade. Isso abriria caminho para a abertura de um processo de impeachment.

Guedes afirmou nesta quinta(8) que a sanção do

Orçamento como está deixa o governo em uma "sombra legal". Ele disse esperar que Executivo e Congresso cheguem a uma solução para os números após reconhecer a possibilidade de erros "aqui e lá".

estrutura atual do ministério da economia

Secretaria especial de Fazenda (abriga o Tesouro Nacional)

Secretaria especial da **Receita Federal**

Secretaria especial de Previdência e Trabalho

Secretaria especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais

Secretaria especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados

Secretaria especial de Produtividade, Emprego e Competitividade

Secretaria especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital

Secretaria especial do Programa de Parcerias de Investimentos

Pastas que foram incorporadas na Economia

Ministério da Fazenda

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Ministério do Trabalho

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49491>**

## Livros só para ricos? (3)

Em julho do ano passado, o governo federal propôs um projeto de lei para fusão do PIS e Cofins em um único tributo, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Entre as alterações propostas está o fim da isenção dessas duas contribuições para o mercado de livros, com a cobrança da CBS com alíquota de 12%. Atualmente, o Congresso estuda o assunto no âmbito da **reforma tributária**, juntamente com as propostas em discussão na Câmara (PEC 45/19) e no Senado (PEC 110/19).

Em apoio ao projeto de lei para criar a CBS, a **Receita Federal** lançou recentemente um documento com perguntas e respostas sobre a fusão do PIS e Cofins - e o que lá está assusta. O documento da **Receita Federal** revela não apenas uma estreita mentalidade arrecadatória, mas uma impiedosa institucionalização das desigualdades sociais, a demonstrar desconhecimento da função social dos **tributos**.

Segundo a **Receita Federal**, não haveria problema em extinguir a atual isenção de PIS e Cofins para livros e papéis para impressão já que o consumo de livros está concentrado na faixa mais rica da população.

O documento menciona a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2019 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo a qual famílias com renda de até dois salários mínimos não consomem livros não didáticos e que a maior parte desses livros é consumida por famílias com renda superior a 10 salários mínimos. "Neste sentido, dada a escassez dos recursos públicos, a tributação dos livros permitirá que o dinheiro arrecadado possa ser objetivo de políticas focalizadas, assim como é o caso dos medicamentos, da saúde e da educação no âmbito da CBS", diz a **Receita Federal**.

A argumentação é de uma brutalidade desconcertante - pobres não consomem livros, então não há problema em aumentar a tributação - e ainda vem revestida de uma pretensa finalidade social - o dinheiro arrecadado poderá ser usado em "políticas focalizadas".

De forma explícita, o governo federal ignora que esta realidade - a concentração do consumo de livros não didáticos nas maiores faixas de renda - é uma tremenda injustiça, que causa sérios e graves danos ao País. Não cabe dar um ar de normalidade a essa desigualdade, tampouco utilizá-la para justificar uma política tributária que intensificará o problema.

Não há possibilidade de desenvolvimento social e

econômico de um país com um governo que não apenas acha que livros não didáticos podem ser restritos a quem ganha mais de 10 salários mínimos, como utiliza esse dado para justificar uma política que reforçará ainda mais essa desigualdade.

O argumento é simplesmente nefasto. O documento da **Receita Federal** dá a impressão de que o governo encontrou uma incrível oportunidade de arrecadação, ao descobrir que livros não didáticos são consumidos primordialmente pelas faixas de maior renda. É como se os livros pertencessem ao gênero "produtos de luxo", como caviar, joias e charutos importados, cujo aumento de tributação não teria maiores efeitos sobre a população carente.

Infelizmente, essa nova tributação teria muitos efeitos sobre as faixas mais pobres da população.

Com a proposta do governo federal, o acesso aos livros não didáticos ficaria ainda mais restrito, ainda mais elitista. Seria a institucionalização da leitura e do conhecimento exclusivamente para os mais ricos.

Diante de tamanho disparate, é preciso voltar à Constituição, que prevê, entre os objetivos fundamentais da República, "construir uma sociedade livre, justa e solidária" e "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais". Entre outras medidas para atingir esses objetivos, proíbe "à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir **impostos** sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão".

A lógica constitucional é bem diferente da lógica do governo federal.

O País precisa de uma profunda **reforma tributária**, mas seus objetivos devem ser a redução das desigualdades e o desenvolvimento social e econômico. Não é transformar a pobreza e a miséria em política pública.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Parlamentares terão controle de mais da metade dos investimentos federais



Gradativamente. O Congresso aumentou o controle sobre Orçamento nos últimos anos: R\$ 7,6 bi (2014) e R\$ 27 bi (2021)

**Daniel Weterman André Shalders Amanda Pupo /  
BRASÍLIA**

O Congresso terá controle de mais da metade dos investimentos federais neste ano, conforme o Orçamento aprovado pelos parlamentares e pendente de sanção do presidente Jair Bolsonaro. Dos R\$ 52,5 bilhões reservados para execução de obras e compra de equipamentos públicos, R\$ 27,2 bilhões em verbas, ou seja, 52% do total, receberam a digital dos deputados e senadores por meio das emendas parlamentares.

É a primeira vez que isso ocorre. Em anos anteriores, a maior parte do dinheiro ficava nas mãos do governo.

Quando os recursos são destinados por emendas parlamentares, o governo precisa repassar o valor conforme a indicação definida pelo congressista. Não é possível, por exemplo, construir um hospital com uma emenda aprovada para pavimentação de uma rua. Além disso, o pagamento é obrigatório. A regra pressiona o Executivo em um cenário de Orçamento apertado e exigência do teto de gastos, que limita o crescimento das despesas à **inflação** do ano anterior. O momento da liberação é determinado pelos ministérios, o que coloca essas verbas no centro de uma articulação política em troca de apoio do Legislativo.

Bolsonaro avalia vetar parte do Orçamento para recompor despesas obrigatórias, como da **Previdência Social**, que foram reduzidas pelo Legislativo para turbinar as verbas de caráter eleitoral. Se isso ocorrer, o patamar de investimentos nas mãos dos parlamentares deve cair.

O diretor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara, Wagner Primo, diz que é possível que o aumento observado em 2021 nas emendas do relator-geral do Orçamento seja revertido com o ajuste das despesas obrigatórias "Então, ao invés de R\$ 52 bilhões (em investimentos) deve ficar em por volta de R\$ 40 bilhões no máximo", estima.

O Congresso aumentou o controle sobre o Orçamento gradativamente nos últimos anos. O total de investimentos federais diminuiu de R\$ 82 bilhões em 2014 para R\$ 52,2 bilhões em 2021, em função da crise fiscal e do teto de gastos. Os investimentos para emendas parlamentares, por outro lado, foram na contramão e dispararam de R\$ 7,6 bilhões para R\$ 27 bilhões nesse período.

Houve um salto significativo em 2020, após a criação das emendas de relator e comissões.

Além disso, as verbas de bancadas estaduais passaram a ser impositivas há dois anos, caráter anteriormente dado apenas às emendas individuais, aquelas indicadas por cada deputado e senador.

Paralisação de obras. O Orçamento aprovado pode na prática paralisar obras de infraestrutura no País, de acordo com o economista e sócio fundador da Inter.B Consultoria, Claudio Frischtak. Ele classificou a peça orçamentária como "terrível".

"Fragmentar o Orçamento, alocando recursos de uma forma quase arbitrária, ou centralizar recursos sem fazer um cálculo realista com o mínimo de precisão de taxa social de retorno são dois erros que podem e devem ser evitados", afirmou.

Em 2019, o Tribunal de Contas da União apontou 14 mil obras paralisadas em todo o País, 37,5% dos empreendimentos analisados pelo órgão. Os empreendimentos parados envolviam recursos na ordem de R\$ 144 bilhões. "O que vai acontecer é o que o TCU constatou em 2019: dezenas de milhares de obras paralisadas porque começam e depois faltam recursos.

Com esse Orçamento terrível, isso pode se repetir." Só de emendas de relator ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), foram colocados ao menos R\$ 7,1 bilhões de última hora para ações pelo

País que, por sua vez, não foram especificadas. O montante é parte dos R\$ 11,5 bilhões enviados pelo relator do Orçamento, Marcio Bittar (MDB-AC), à pasta, que representam mais de um terço de todos os recursos sob direção exclusiva do senador.

Segundo o projeto aprovado pelo Congresso, R\$ 4,2 bilhões das emendas de relator vão para uma ação do MDR chamada de "Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado". No parecer de Bittar, a localidade beneficiada é genérica, colocada apenas como "nacional", o que significa que o recurso pode ir para qualquer lugar do Brasil. O cenário se repete na escolha do relator ao direcionar R\$ 2,9 bilhões ao "Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária", também do MDR.

Diretor da Associação Contas Abertas, o economista Gil Castello Branco alerta para o perfil "gerador de votos" desses empreendimentos. "Veja o porquê de tantas emendas para esta ação. Trata-se de uma ação com finalidades diversificadas, muito amplas e que geram votos.

Em plena pandemia, é incrível que esta ação possua mais recursos do que todos os investimentos em saúde", afirmou .

Questionado sobre as escolhas, Bittar não respondeu. A reportagem perguntou ao ministério se a pasta estipulou quais são exatamente os projetos que receberão os R\$ 7,1 bilhões das duas ações citadas, mas não obteve resposta.

I Erro no Orçamento

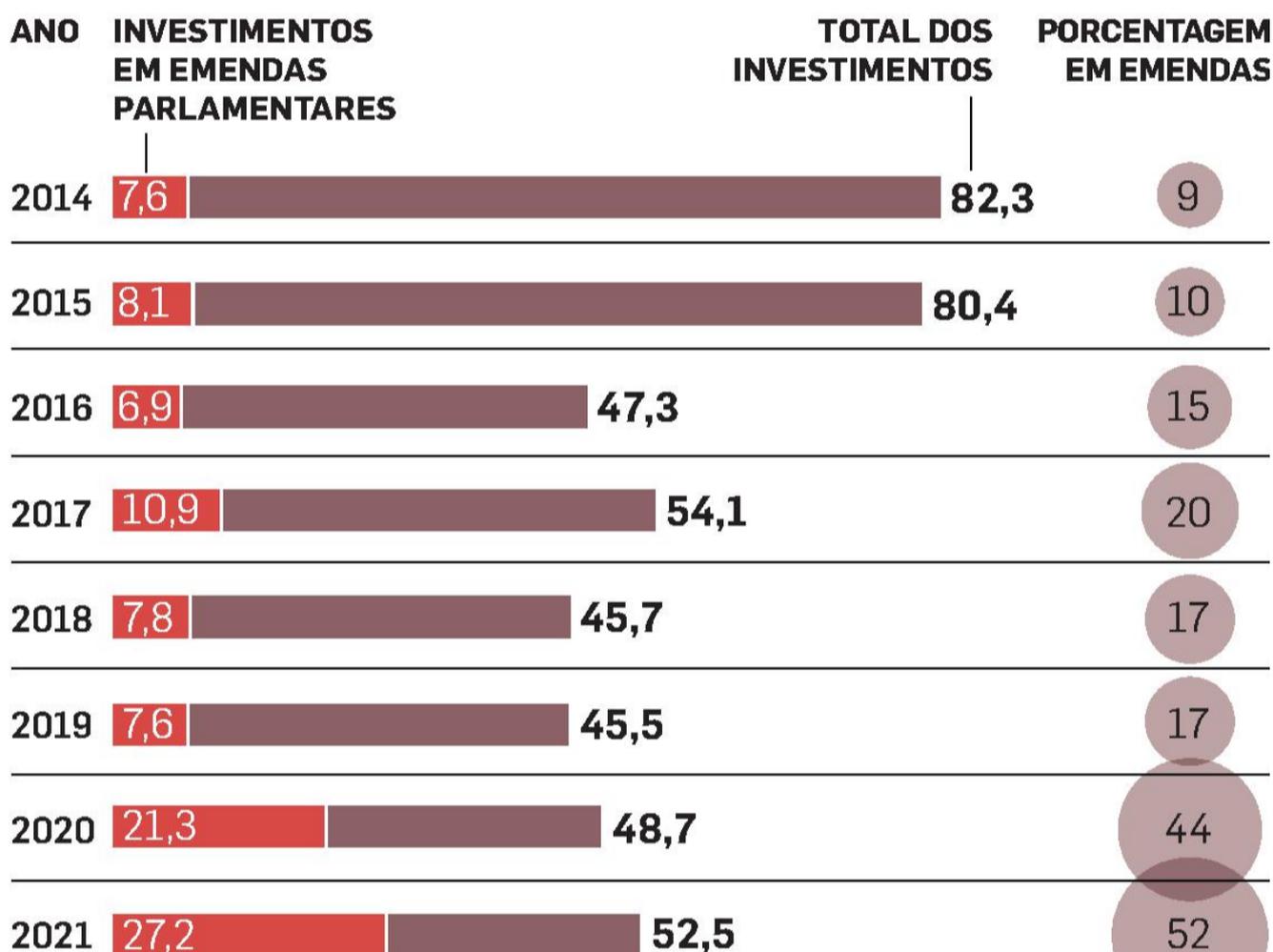
"Fragmentar o Orçamento, é um erro que deveria ter sido evitado." Claudio Frischtak ECONOMISTA

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## NAS MÃOS DO CONGRESSO

● Parlamentares assumem a destinação de mais da metade dos investimentos previstos para este ano

EM BILHÕES DE REAIS



FONTE: SIGA BRASIL

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

# Estados e municípios pedem reforma de tributo sobre consumo

Os 27 secretários estaduais de Fazenda e representantes de cerca de 5.000 municípios divulgaram uma carta em defesa de uma **reforma tributária** nos moldes das propostas de iniciativa da Câmara e do Senado.

O texto é assinado também por entidades da área tributária que representam os idealizadores das duas propostas e os fiscais de **tributos** estaduais.

Eles dizem ser necessária uma reforma que consolide todos os **tributos** sobre consumo em um imposto, com unificação da base de incidência de bens e serviços.

"Defendemos uma reforma completa, não em etapas, como está sendo sugerido pelo governo federal."

De acordo com a carta, fatiar a reforma irá gerar mais insegurança jurídica e morosidade, além de não atacar o problema central da tributação sobre consumo, que é a enorme complexidade que gera a maioria das distorções do modelo atual.

"O Brasil é o único país economicamente relevante do mundo que separa a base entre bens e serviços", diz o documento. "Defendemos um imposto moderno: IVA único, de base ampla, com cobrança no destino, crédito financeiro e ressarcimento ágil de créditos acumulados do novo imposto, seguindo as melhores práticas internacionais."

A nota é assinada por Comsefaz (Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal), CNM (Confederação Nacional dos Municípios), CCiF (Centro de Cidadania Fiscal), Febrafite (Federação Brasileira de Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais) e Movimento Destrava Brasil, liderado pelo ex-deputado federal Luiz Carlos Hauly.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

91

# Senado aprova imunidade tributária para vacinas usadas contra epidemias

**Renato Machado**

O Senado aprovou nesta quinta-feira (8) uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que prevê imunidade tributária por três anos para todas as vacinas aplicadas na população, em combate a grandes epidemias.

A proposta foi aprovada em dois turnos pelos senadores por 75 votos a favor e nenhum contrário.

Como se trata de uma emenda à Constituição, a proposta precisava ser aprovada por três quintos dos senadores - 49 votos a favor. Agora a PEC segue para a Câmara dos Deputados e precisa novamente ser aprovada em dois turnos e por três quintos dos parlamentares.

A proposta, de autoria do senador Otto Alencar, (PSD-BA), ganhou o nome de PEC Major Olímpio, em homenagem ao senador que morreu no mês passado, vítima da Covid-19. Alencar, inclusive, apontou que a ideia da proposta partiu do próprio Major Olímpio.

De acordo com o texto da proposta, fica vedado "instituir **tributos** sobre a produção, a importação, o armazenamento, a comercialização, o transporte e qualquer serviço vinculado à aplicação de vacinas para medicina humana e aos insumos destinados a sua produção, quando se relacionarem à imunização de doença objeto de estado de emergência em saúde pública de importância nacional reconhecido pelo Poder Executivo Federal, durante o prazo de três anos".

A proposta inicial previa que a imunidade tributária para vacinas valeria por cinco anos, mas o relator Antonio Anastasia (PSD-MG) acatou uma emenda e reduziu para três anos.

O texto também não se restringiu às vacinas contra a Covid 19 e abre a possibilidade de imunidade tributária para vacinas contra eventuais futuras doenças. Anastasia afirmou que o texto apenas não usa a palavra "pandemia" porque essa é decretada pela OMS (Organização Mundial de Saúde), mas a imunidade se aplica apenas para os casos de decretação de emergência de saúde pública.

"Esse é o objetivo nobre, legítimo e adequado, porque

nós não podemos, no momento atual, no qual desejamos que as vacinas cheguem o mais rápido a todo o cidadão brasileiro, onerar esses insumos com **tributos** municipais, estaduais e federais dentro do cipoal tributário que infelizmente o Brasil vive e que a **reforma tributária** ainda não soube desbastar de maneira adequada", afirmou Anastasia.

Segundo dados do consórcio de imprensa formado por Folha, UOL, O Estado de S. Paulo, Extra, O Globo e G1, foram vacinados até o momento 21,4 milhões de pessoas com a primeira dose da imunização contra a Covid-19. Além disso, 6 milhões de pessoas já receberam também a segunda dose. Isso significa que somente 13.33% dos brasileiros maiores de 18 anos tomaram a primeira dose e só 3,77%, a segunda dose.

O Brasil ultrapassou a marca de 340 mil mortes em decorrência da pandemia do coronavírus Sars-CoV-2. Na terça-feira, o país registrou recorde de vítimas fatais pela doença, em 24 horas, com 4.211 óbitos.

Apesar da aprovação da imunidade tributária para vacinas, os senadores mantiveram na sessão desta quinta-feira a pressão para votar proposta que quebra patente de imunizações contra a Covid. O projeto de lei estava previsto para ser votado na quarta-feira, mas acabou retirado de pauta após pressão do governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Senadores aproveitaram a aprovação da PEC para homenagear mais uma vez o senador Major Olímpio. Lasier Martins (Podemos-RS) lembrou que o senador paulista costumava andar pelo Senado com um cartaz com a inscrição "vacina já" e ressaltou sua luta pela moralidade política.

"Acho que é uma homenagem justa a um companheiro nosso que sempre teve coragem de se posicionar a favor das medidas em defesa da vida, em defesa da vacinação, em defesa do distanciamento, dos cuidados com álcool em gel, com a máscara, enfim. Acho que o comportamento do Major Olímpio sobre esse tema foi absolutamente exemplar", afirmou o senador Eduardo Braga (MDB-AM), líder do MDB, a maior bancada do Senado.

Site: <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

# A lentidão da Reforma Tributária e um novo regime de atualização patrimonial (2)

**DANIEL CALDERON\***

DANIEL CALDERON\*

Esgotava-se no último dia 31 de março o prazo de funcionamento da comissão da **Reforma Tributária** na Câmara dos Deputados e, por conta disso, ele foi estendido até 30 de abril. O andamento da reforma depende do relator da comissão, deputado Aguinaldo Ribeiro, apresentar o seu parecer sobre os projetos que trazem mudanças no sistema tributário brasileiro.

Há três textos à espera de uma análise: o Projeto de Lei (PL) 3.887/20, o PL 3.887/20 e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110/19. É provável que até o final de abril ainda não seja aprovado um parecer final.

Há diversas razões para a lentidão da **Reforma Tributária**. Um ponto é que não é uma análise técnica fácil. Os três textos são similares ao tratarem de **impostos** indiretos e de **impostos** sobre o consumo, assim como ao preverem uma fusão de **tributos**. Por outro lado, cada texto apresenta as suas características, isenções e benefícios específicos, assim como um tempo de transição distinto.

Será a reforma aprovada ainda em 2021, tal como prometerem os chefes das casas legislativas ao assumirem os seus postos em fevereiro?

O atual ano conta com o agravamento da crise sanitária que vivemos e é possível que a alteração do sistema tributário venha a ser consumada apenas em 2022.

De fato, o enfrentamento da pandemia é um tema que se faz mais urgente. Outro assunto que ocupa o tempo dos parlamentares no momento se trata da aprovação do orçamento do Governo Federal para este ano. Ainda vale lembrar que o ano de 2022 será um período atrelado às eleições para a Presidência da República, para os governos das unidades federativas e para mandatos na Câmara e no Senado Federal, período que no qual os parlamentares temem mais do que o costume promover mudanças que desagradem os seus redutos políticos. Será, então, uma previsão mais realista termos a reforma aprovada em 2023?

A lentidão da **Reforma Tributária** é compreensível. O

que não deve ser aceito pela população é o fato de diversos problemas no nosso sistema de **tributos** ficarem de fora da discussão.

Em um momento no qual o país enfrenta o caos sanitário, apenas se acentua a desigualdade social no país. Nenhum dos projetos aborda **impostos** sobre a renda e sobre o patrimônio. É inegável que é preciso simplificar o sistema tributário brasileiro para desburocratizar as atividades empresariais.

Contudo, tempos de pobreza crescente requerem uma redemocratização da carga tributária.

Por fim, o parlamento brasileiro ainda discute dar uma opção ao contribuinte para escolher um novo regime patrimonial. Foi incluído recentemente, na pauta do Senado, projeto que cria o Regime Especial de Atualização Patrimonial (Reap). Ele permite a declaração voluntária de bens ou cessões de direitos de origem lícita de bens, que tenham sido declarados incorretamente ou com valores desatualizados.

De forma resumida, caso consumado, o Reap resultará no aumento da arrecadação presente e em uma queda futura. O regime estimularia os brasileiros a atualizarem o seu patrimônio e a anteciparem a tributação sobre os seus bens com alíquotas maiores.

Tempos difíceis podem justificar com que os governantes tomem medidas apressadas. Entretanto, são mais um motivo para que pensemos melhor em nosso futuro.

\*ADVOGADO, EMPRESÁRIO DA ÁREA CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA E SÓCIO DA CALDERON CONTABILIDADE

Site: <https://www.folhape.com.br/edicao-imprensa/1766/09-04-2021/>

# CPI da Pandemia no Senado amplia pressão sobre governo; entenda a crise em 5 pontos

**Filipe Vidon**

RIO - O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou nesta quinta-feira a instalação da CPI da Pandemia no Senado. O objetivo da comissão é investigar as ações e possíveis omissões do governo Bolsonaro no combate à pandemia do coronavírus. Entregue em fevereiro, o pedido da oposição já havia preenchido todos os requisitos, mas o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), eleito ao cargo com apoio do presidente, vinha resistindo em instalá-la.

A abertura da investigação no Congresso bate à porta do Palácio do Planalto no momento em que o Brasil enfrenta recordes diários de óbitos pela Covid-19, sem sinais de diminuição do ritmo de contaminação ou de aceleração da vacinação. Além da crise sanitária, o governo federal enfrenta um cabo de guerra com o Centrão, que vem cobrando a conta desde o apoio bem-sucedido para eleger Pacheco, no Senado, e Arthur Lira (PP-AL), como presidente da Câmara dos Deputados.

Acompanhado também pela perda de popularidade exposta em pesquisas - 54% dos brasileiros disseram reprovar a gestão do presidente na crise sanitária - Bolsonaro se movimenta para recuperar a confiança de atores econômicos, após a crise se tornar explícita com a publicação de uma carta assinada por empresários, banqueiros e economistas, cobrando medidas concretas de enfrentamento à pandemia.

Em cinco pontos, entenda os principais fatores que explicam a crise:

## Popularidade em queda

Chegando perto da marca de 350 mil brasileiros mortos pela Covid-19, a última pesquisa Datafolha mostra que 54% da população avaliam como ruim ou péssima a atuação presidencial na crise sanitária. A avaliação negativa sobre a postura do governo no enfrentamento à Covid-19 deu um salto de seis pontos percentuais em dois meses - o índice era de 48% em janeiro.

Quando perguntados sobre a administração do país em geral, a reprovação chega a 44%, mesmo patamar de junho do ano passado, último ponto antes de uma

seqüência de queda turbinada pelo pagamento do auxílio emergencial. Depois de chegar a 32% em dezembro, o índice voltou a subir até repetir o maior valor desde o início do governo.

Sobre um possível impeachment do presidente, o brasileiro ainda se mostra dividido. Outra pesquisa do Instituto Datafolha mostrou em março que 50% da população é contra a abertura de um processo contra o presidente na Câmara, enquanto 46% dos entrevistados disseram ser a favor.

## Tensão com o empresariado

O pessimismo do setor financeiro foi exposto publicamente há duas semanas por uma carta assinada por cerca de 200 economistas, banqueiros, empresários, representantes do mercado e acadêmicos. O texto classifica o cenário atual como "desolador" e não se esquivava ao apontar que o governo "subutiliza ou utiliza mal os recursos de que dispõe, inclusive por ignorar ou negligenciar a evidência científica no desenho das ações para lidar com a pandemia".

Outro ponto de fragilidade neste setor é a agenda de reformas do governo, que avançou muito pouco nos últimos meses. Travadas no Congresso por conta das consequências da crise sanitária gerada pela Covid, projetos como a **reforma tributária**, reforma administrativa e uma **série de privatizações** não dão sinais de que serão analisados com a celeridade que o governo federal precisa.

Na tentativa de recuperar a relação com parte do empresariado decepcionado, Bolsonaro participou de um jantar em São Paulo com grandes nomes da indústria e do mercado financeiro, como David Safra, presidente do Banco Safra, e André Esteves, fundador do BTG Pactual. A ideia era estreitar laços e falar sobre a aceleração da campanha de imunização, mas o presidente manteve a narrativa tradicional com críticas a governadores e prefeitos que defendem restrições mais duras para combater a pandemia.

Segundo o colunista Lauro Jardim, Paulo Skaf, presidente da Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp), promoverá um novo encontro com as mesmas características da reunião desta quarta, que ele também estava presente.

## Relacionamento com o Centrão

A troca em seis ministérios e a nomeação da deputada federal Flávia Arruda (PL-DF) para assumir o cargo de ministra-chefe da Secretaria de Governo consolidou a aproximação do Planalto com o Centrão, após o retorno positivo das vitórias nas eleições da presidência da Câmara e do Senado. Mas o aceno não representa o fim dos pleitos do Congresso por pastas na Esplanada, que interpretou a indicação da deputada como insuficiente.

O próximo alvo do grupo é o Ministério do Turismo, considerado atraente por sua capilaridade e pela possibilidade de levar obras e agendas positivas para as bases dos parlamentares. Na robusta pasta de Educação, que comanda um dos maiores orçamentos da Esplanada, a administração do ministro Milton Ribeiro é avaliada como omissa e pouco produtiva pela cúpula da Câmara.

Além disso, Lira já passou um recado claro durante um discurso em plenário no fim de março: a paciência do Congresso com a condução do governo no momento mais grave da pandemia está se esgotando. Horas após participar de reunião no Palácio da Alvorada, Lira fez uma referência indireta a um processo de impeachment. Nas palavras do presidente da Câmara, "tudo tem limite".

## Orçamento inexecutável

Em mais um capítulo da instável relação com o Congresso, Bolsonaro terá de vetar trechos do Orçamento de 2021 aprovado no Legislativo. O texto prevê R\$ 26 bilhões a mais para emendas parlamentares destinadas a obras e ações de interesse de deputados e senadores, mas a cifra estoura as verbas destinadas a gastos obrigatórios e poderia levar a uma paralisia do governo, ou um pedido de impeachment por crime de responsabilidade, mesma razão que levou a deposição de Dilma Rousseff.

Segundo fontes envolvidas nas negociações, Bolsonaro deverá vetar até R\$ 14 bilhões em emendas para manter o acordo feito com aval da equipe econômica de liberar R\$ 16,5 bilhões em recursos extras para cobrir as demandas dos parlamentares. Mesmo aprovado com quase quatro meses de atraso, o ministro da Economia, Paulo Guedes, negou um choque com o Congresso e considerou a inconsistência orçamentária "natural".

- Não é um desentendimento, uma briga, uma guerra. Disseram que havia uma guerra do presidente da Câmara com o ministro da Economia, ou uma guerra

contra o Senado. Não é esse o clima. (...) Eu tenho certeza que não foi nada de má fé. É natural de um time que começou a jogar junto agora e começou a montar o Orçamento.

## CPI da Pandemia

A abertura de uma CPI no Senado Federal coloca Jair Bolsonaro em uma trilha de incertezas. Uma investigação nesses moldes, sobre a já criticada atuação do governo federal na pandemia, expõe o Planalto a uma situação de extrema fragilidade. Dependendo do curso das decisões tomadas pela comissão, as conclusões podem ser encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal.

Nesse cenário, a relação previamente conturbada com os senadores não favorece o presidente. A **reforma ministerial** iniciada pelo pedido de demissão do ex-chanceler Ernesto Araújo veio na esteira de uma escalada de tensões com o Congresso. Durante uma sessão no Senado, a grande maioria dos parlamentares presentes pediu a demissão de Araújo, por considerar que sua atuação junto a outros países para trazer vacinas para o Brasil foi desastrosa. Na avaliação de aliados, o ex-comandante do Itamaraty foi abandonado à própria sorte na sabatina.

Outro ponto de tensão com a Casa é o assessor especial da Presidência da República, Filipe Martins, que fez um gesto associado a supremacistas brancos durante um discurso de Pacheco na sessão em que Araújo era sabatinado. Após ter um "voto de censura" contra ele aprovado em plenário, nesta semana Martins prestou esclarecimentos à Polícia Legislativa e a expectativa é que ele seja indiciado.

**Site: <https://oglobo.globo.com/brasil/cpi-da-pandemia-no-senado-amplia-pressao-sobre-governo-entenda-crise-em-5-pontos-24962672>**

# Gasto de estrangeiros cai 80%, e turismo teme isolamento do Brasil



Sheyla Santos *brasil*

Empresas que atuam com turismo no Brasil já contabilizam perdas pesadas com a pandemia e, agora, temem pelo futuro. A percepção é que o aumento de contágios e mortes associado à demora na vacinação tende a deixar o país fora dos roteiros internacionais por um período mais prolongado que o previsto inicialmente.

Segundo levantamento da CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo), obtido em primeira mão pela Folha, a pandemia do novo coronavírus levou ao encerramento de 35,5 mil estabelecimentos no setor de turismo em 2020. Trata-se da maior perda anual desde a crise de 2016, quando 44,9 mil estabelecimentos fecharam as portas.

O número de vagas perdidas foi ainda maior.

De acordo com o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), que contabiliza empregos formais, somente no ano passado, o setor encerrou 397 mil vagas com carteira assinada. O número equivale a um encolhimento de 12,8% da força de trabalho no turismo.

O levantamento aponta que estabelecimentos estão sendo fechados de forma generalizada em todo o país, mas as maiores baixas se concentraram em São Paulo (10,9 mil), Minas Gerais (4.100), Ido de Janeiro (3.700) e Paraná (2.600).

Bares, restaurantes e similares foram os que tiveram as maiores perdas -retração 28,61 mil no ano-, seguidos por hotéis, pousadas e similares, que registrou o encerramento de 3,04 mil pontos.

Toda a cadeia do setor foi afetada. Há registro de encerramento de negócios nos segmentos de agências de viagens, transportes rodoviários (-1.390), serviços culturais e de lazer (- 1020) e locadoras de veículos (-200).

O recrudescimento da pandemia neste ano, com recordes de casos e colapso na saúde, somado à dificuldade do governo em implantar um programa de vacinação em larga escala, acrescentou um problema adicional -o afastamento de turistas estrangeiros. A perspectiva é que o Brasil vai levar mais tempo do que outros países para voltar ao roteiro turístico global.

Na avaliação de Fabio Bentes, economista da CNC e responsável pela pesquisa, 2021, em relação à geração de receitas, já é mais um ano perdido para o turismo brasileiro. Segundo ele, é inviável que o setor consiga esboçar uma retomada consistente neste ano.

"A situação do turismo é de penúria. Todos os indicadores conjunturais de venda, emprego, mostram que o setor de turismo é o mais afetado na pandemia. Se o comércio tem restrições, imagine o turismo", afirma.

"Neste ano, por exemplo, não há como pensar em turismo internacional. Só há turismo nacional e, mesmo assim, muito limitado por causa das restrições e bloqueios nas cidades. Não adianta fazer marketing. O setor não vai conseguir deslanchar a curto prazo", diz Bentes.

O economista afirma que o setor precisa de medidas emergenciais que possam, neste momento, aliviar os custos fixos dos negócios que permanecem parados à espera do controle da pandemia.

"A reedição da MP do BEm [com cortes de jornada e salário, além de suspensão de contratos] ajudaria a diminuir custos, mas também precisa haver o adiamento de **impostos** federais e municipais, como o ISS", afirma. "Outro ponto seria reforçar o fundo Fungetur, que engloba micro e pequenas empresas do setofi"

Como o setor de turismo é ramificado, a incerteza também afeta negócios como casas de câmbio. Segundo a Abraçam (Associação Brasileira de

Câmbio), que responde por 3.400 correspondentes cambiais, o setor fechou de março de 2020 a fevereiro de 2021 35% de lojas de câmbio, demitiu cerca de 30% dos colaboradores e não tem perspectivas de melhora para 2021.

A presidente-executiva da entidade, Kelly Massaro, diz que o setor tem sobrevivido com novos negócios, como remessas de dinheiro ao exterior.

"Não temos mais expectativa de retomada a curto prazo, justamente porque a vacina será o novo passaporte", afirma. "Vamos receber um número de estrangeiros próximo de zero aqui neste ano, seja por questão de fronteiras, seja pelo temor que as pessoas vão sentir de entrar no Brasil, e vale o efeito rebote: haverá restrição para o nosso acesso a outros países a curto prazo."

De acordo com a CNC, entre março e dezembro de 2020, os gastos de turistas estrangeiros no Brasil foram de R\$ 113,4 bilhões, queda de 80% ante o mesmo período de 2019.

O resultado negativo também foi percebido em janeiro deste ano, quando, segundo a confederação, os gastos desses turistas foram de R\$ 269 milhões, queda de 60% em relação a janeiro de 2020.

As cidades que mais receberam fluxo estrangeiro em 2019, dado mais recente disponível, segundo a Embratur (Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo), são o Rio, seguido de Florianópolis, Foz do Iguaçu, São Paulo e Armação dos Búzios.

A pandemia impactou, também, a atividade da Embratur.

Des de maio de 2020, a agência tem trabalhado com o Ministério do Turismo para promover somente o turismo doméstico. Essa determinação dura seis meses após o término do período de calamidade pública, que vigorou no país até dezembro do ano passado.

Em nota, a Embratur informou que, diante da norma legal, só poderá retomar suas atividades para promover o turismo brasileiro no exterior a partir de julho de 2021.

De acordo com a Embratur, por causa da segunda onda de casos de coronavírus no mundo e da imposição de restrições de viagens mais rígidas, a retomada do turismo internacional para o Brasil dependerá da reabertura de fronteiras e do retorno gradual da confiança dos turistas.

Segundo o Anuário Estatístico de Turismo, os estrangeiros que mais vieram por vias aéreas em 2019 são, principalmente, da América do Sul, seguido por Europa e América do Norte -590,5 mil dos EUA.

O Brasil recebia em média, antes da pandemia, 6 milhões de turistas estrangeiros por ano, número considerado baixo, segundo entidades que operam no setor. De acordo com Alfredo Lopes, presidente da Hotéis Rio (sindicato dos meios de hospedagens do município) e conselheiro da associação de hotéis do estado, o turismo internacional na cidade mais turística do país está paralisado.

"A presença de turistas estrangeiros no Rio hoje é próxima de zero. Praticamente só há pessoas que vêm aqui por algum tipo de negócio específico ou encontros familiares."

Lopes afirma que neste ano o setor se manterá com as receitas do turismo doméstico.

"O Brasil está vivendo do mercado nacional, que também está combalido. Com o atraso na vacinação, há a preocupação de que o Brasil fique isolado. Só estaremos livres disso quando houver 85% da população vacinada."

O vice-presidente da Associação Comercial e Empresarial de Búzios, Rodrigo Sobral, afirma que na crise sanitária o perfil de turistas tem mudado. Em vez de receber argentinos e chilenos, a cidade tem sobrevivido com gastos de brasileiros que foram para a cidade fazer home office.

"Temos recebido brasileiros de alto poder aquisitivo que têm alugado casas por temporadas de seis meses a um ano. Regiões de Búzios, como João Fernandes, que recebem mais estrangeiros, têm sofrido mais", afirma.

De acordo com a Secretaria de Turismo da Bahia, o estado recebia, antes da pandemia, cerca de 500 mil turistas estrangeiros por ano, por voos diretos ou tendo outros estados como portões de entrada. As cidades mais procuradas pelos estrangeiros são Salvador e Porto Seguro.

"Nos três primeiros meses de 2020 a movimentação no aeroporto de Salvador foi de 55 mil passageiros, e nesse período Porto Seguro recebeu 6.983 pessoas provenientes de voos internacionais. De abril até hoje, não houve nenhum voo de origem internacional no aeroporto naquele município", diz a secretaria em nota.

De abril a agosto de 2020, os voos ficaram suspensos na capital baiana. Neste ano, com o recrudescimento

do novo coronavírus no país, houve 1.954 desembarques em janeiro e apenas 152 em fevereiro.

Situação semelhante vive Santa Catarina. Segundo dados da Secretaria de Turismo, o fluxo de passageiros na temporada de verão nos aeroportos de Florianópolis, Jaguaruna, Chapecó e Lages teve queda de 41% em relação ao mesmo período do ano passado. Em Florianópolis, houve queda de 60% na movimentação de passageiros que chegam por vias intermunicipal, interestadual e internacional.

A situação do turismo é de penúria. Todos os indicadores conjunturais de venda, emprego, mostram que o setor de turismo é o mais afetado na pandemia. Se o comércio tem restrições, imagine o turismo

Fabio Bentes

economista da CNC

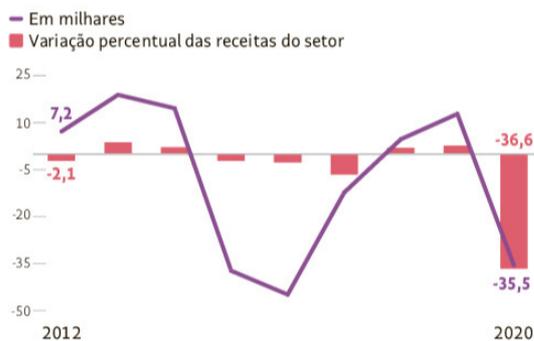
**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>**

**91**

### Perdas do turismo na pandemia

Saldo entre aberturas e fechamentos de estabelecimentos



Saldo entre aberturas e fechamentos de estabelecimentos por segmentos turísticos

Em milhares

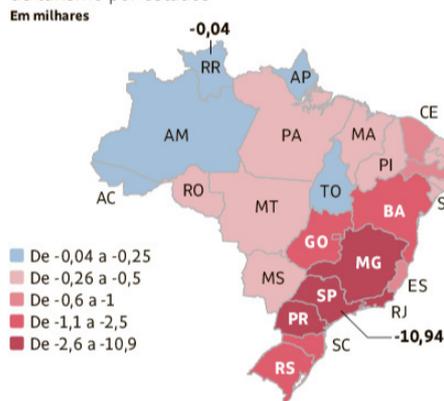
Bares, restaurantes e similares	-28,61
Hotéis, pousadas e similares	-3,04
Agências de viagens	-1,39
Transporte rodoviário	-1,1
Serviços culturais e de lazer	-1,02
Locadoras de veículos	-0,2
Transporte aéreo, rodoviário e marítimo	-0,09

Perdas de vagas formais de trabalho por setores econômicos

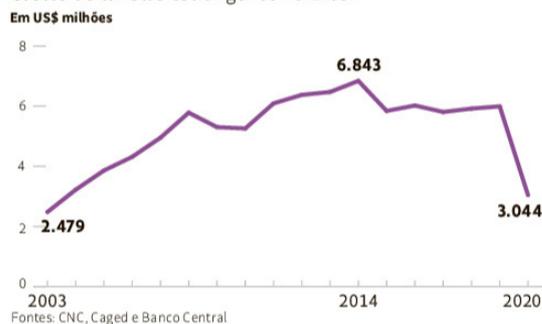
Em %

Construção	5,2
Agropecuária	4,1
Indústria	1,3
Serviços	0,7
Comércio	0,1
Turismo	-12,8

Saldo entre aberturas e fechamentos de estabelecimentos de turismo por estados



Gastos de turistas estrangeiros no Brasil



## Gastar; tributar e reformar (2)

**Nelson Barbosa** Professor da FGV e da UnB, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento (2015-2016). É doutor em economia pela New School for Social Research

Podemos seguir o "gastar e tributar" de Biden, mas aqui seria preciso controlar algumas despesas

Volto ao Plano Biden de emprego porque várias pessoas perguntaram se seria possível fazer algo semelhante no Brasil. O assunto é complicado, mas tentarei resumir Em primeiro lugar na tributação, o Brasil pode e deve implementar medidas que aumentem a arrecadação sobre grandes corporações e famílias mais ricas. Para ter uma ideia de quanto estamos atrás dos EUA, se adotássemos a estrutura de imposto sobre renda e herança do antigo governo Trump, já seria um avanço.

O problema do Brasil é que nossa mudança tributária é ainda mais complicada do que nos EUA, pois também temos grande distorção na tributação de lucros e dividendos de pequenas empresas, além da confusão de ICMS, ISS, PIS-Cofins e IPI.

Focando só a tributação direta por limite de espaço, no Brasil, várias pessoas físicas se tornam jurídicas ("pejotinha") para pagar menos tributos -Imposto de Renda e contribuição social- em contratos de prestação de serviços que se assemelham a relações de trabalho.

Os EUA também têm esse problema, mas em menor escala.

O caminho técnico para resolver a subtributação do lucro presumido" é conhecido e foi proposto pelo governo Dilma em 2016: tributar o lucro efetivamente distribuído por "empresas sem empregados". A dificuldade é mais política. Como o atual governo perdeu a janela política da mudança, o assunto ficou para 2023.

Em segundo lugar, no gasto, o Brasil também precisa de mais investimento público em infraestrutura econômica e social, mesmo que seja com emissão de dívida. Porém, temos menos graus de liberdade do que os EUA, pois não emitimos dólares nem pagamos juros reais negativos, como o Tesouro norte-americano.

Traduzindo do economês, a restrição fiscal é muito mais apertada aqui que nos EUA. Para não gerar grande depreciação cambial e aumento de juro, nosso

eventual plano de emprego via gasto público deve ser acompanhado por medidas de elevação de receita e controle de gasto.

Sim, podemos seguir a lógica de "gastar e tributar" adotada pelos EUA, mas por aqui também é preciso controlar o crescimento de várias despesas. A versão brasileira do Plano Biden deve, portanto, "gastar, tributar e reformar".

Devido à confusão política dos últimos anos, nosso debate fiscal se polarizou em "soluções de canto", propostas que enfatizam somente elevação de receita ("tributar o andar de cima") versus propostas que enfatizam somente o corte de gastos ("quebrar o piso").

A saída do impasse virá quando conseguirmos viabilizar expansão fiscal hoje com elevação do resultado primário no futuro. Quando, no futuro? Provavelmente no horizonte de 4 a 12 anos. Como elevar o primário? Via medidas de aumento de receita e redução relativa de despesa. Qual despesa? Folha de pagamento dos servidores, sobretudo altos salários, onde há distorções.

A engenharia política do reequilíbrio orçamentário é complicada, aqui e nos EUA. Para nossa vantagem, também temos um líder político experiente, quase da mesma idade de Biden, e ainda mais capaz de administrar conflitos... mas isso é para 2022.

A curto prazo, temos problemas mais urgentes. A crise atual justifica aumento imediato de recursos públicos para transferência de renda e saúde pública, mesmo que seja decretando novo estado de calamidade.

Também precisamos de mais investimento público, para gerar empregos e elevar a produtividade da economia.

Tudo isso já era conhecido em 2020, antes do exemplo Biden, quando a oposição apresentou solução para nossos problemas. A proposta foi ignorada, e a crise aumentou.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

91

# EUA apresentam plano para taxar lucro global de empresas

Em documentos enviados aos 135 países que negociam a taxação internacional na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) em Paris e obtidos pelo Financial Times, o Tesouro dos EUA apresentou um plano que se aplicaria aos lucros globais das maiores empresas, incluindo big techs americanas, independentemente de sua presença física em um determinado país.

O objetivo é catalisar as negociações na OCDE, com a promessa de um sistema fiscal internacional mais estável, que conteria a proliferação de **impostos** digitais nacionais e romperia o molde de evasão fiscal e transferência de lucros.

Depois de quase uma década, as negociações sobre **impostos** na OCDE foram divididas em duas partes.

O primeiro pilar se destina a definir um novo regime de taxação das grandes multinacionais, enquanto o segundo visa abordar a alíquota mínima de imposto global, que os EUA pretendem fixar em 21%.

Um acordo na OCDE permitiria que o governo de Joe Biden aumentasse os **impostos** corporativos sobre companhias americanas sem medo de sofrer retaliação de outros países, porque incluiria uma alíquota mínima global de imposto, aplicada amplamente.

Se o plano for aceito, outros países poderão aumentar os **impostos** de renda de grandes grupos tecnológicos americanos e outras multinacionais que operam em suas jurisdições, mas pagavam pouco imposto corporativo.

As negociações estão emperradas há anos porque os EUA objetaram ao que consideravam tentativas de outros países de implementar acordos que discriminam as múltis americanas, especialmente big techs.

O governo Trump tinha insistido em um dispositivo de "porto seguro" que tomaria voluntária a aceitação por grupos tecnológicos americanos. Pouco após assumir o cargo, Biden abandonou essa exigência, mas a proposta desta semana oferece uma nova solução.

O Tesouro americano apresenta agora uma fórmula diferente, em que só as companhias maiores e mais

rentáveis do mundo seriam submetidas às novas regras, independentemente de seu setor, com base em seu nível de receitas e margens de lucro. Estas provavelmente incluiriam cerca de cem companhias, entre elas grupos tecnológicos americanos, assim como outras múltis de grande porte.

As propostas também dariam a todos os países um novo direito de taxar um elemento dos lucros globais gerados pelas maiores multinacionais do mundo, com base na porcentagem de vendas em seus países. Isso visa garantir que os países possam tranquilizar suas populações de que as maiores companhias globais não poderão operar em seus países sem pagar **impostos**.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49491>

# Guedes fala em taxa de câmbio equilibrada em cerca de R\$ 4,50

**Mariana Ribeiro e Estevão Taiar**

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que a taxa de câmbio de equilíbrio deve estar em torno de R\$ 4,50 no momento e destacou que o país está avançando com a agenda de reformas e a campanha de imunização, o que deve levar à valorização do real. Ontem, o dólar fechou cotado a R\$ 5,57.

Com a aceleração da vacinação em massa e a retomada da economia nos próximos três ou quatro meses, provavelmente o dólar deve cair, disse. "Não posso prometer nada, só trabalho duro", acrescentou em evento virtual da Brazilian-American Chamber of Commerce.

O ministro voltou a dizer que houve uma mudança do "mix" da política econômica neste governo, com fiscal mais apertado e monetário mais frouxo. O modelo agora é de taxa de juros "sólida" em um dígito e, do outro lado, dólar um pouco mais alto. No entanto, mesmo que a taxa de equilíbrio tenha subido nesse novo cenário, acrescentou, o câmbio parece ter ultrapassado esse nível.

A **inflação** está acelerando, mas deve ficar dentro das metas estabelecidas pelo Banco Central (BC), disse ainda o ministro. Ele lembrou que a autoridade monetária começou a "apertar o ciclo" de política monetária, elevando a taxa de juros de 2% ao ano para 2,75% ao ano no mês passado.

O movimento "começou até um pouco antes do que as expectativas indicavam", afirmou. E esse ciclo de elevação deve diminuir a trajetória dos preços, o que levará ao cumprimento da meta. O horizonte relevante para o BC inclui 2021 e, principalmente, 2022, anos para os quais as metas são de 3,75% e 3,5%, respectivamente.

Guedes voltou a minimizar os impasses entre Executivo e Legislativo sobre o Orçamento, considerado inexequível devido à subestimação de despesas obrigatórias. "Não estamos brigando, somos parceiros e cooperamos no Orçamento", disse. A questão, acrescentou, é como corrigir os "excessos" presentes na peça, que precisa ser sancionada até 22 de abril.

Guedes reforçou que os acordos políticos têm que

caber no Orçamento e que o governo não pode concordar com algo que vai além da sua capacidade. "Houve um acordo político, a questão é como entregá-lo", afirmou. Sem dar mais detalhes sobre a solução que está sendo desenhada, disse que a expectativa é que as negociações "terminem bem".

O ministro repetiu também que a segunda onda de covid-19 veio "muito mais forte", mas que, com o avanço da vacinação, a economia deve voltar "mais forte" no segundo semestre.

Com o aumento do número de casos e mortes, o governo se volta novamente ao protocolo da crise e programas como o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm), que permitiu a redução de jornada e salário e a suspensão de contratos, e o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) estão sendo relançados, repetiu. Ele não disse, no entanto, quando isso deve acontecer nem como as iniciativas serão viabilizadas.

No campo fiscal, o governo segue com a "agenda de controlar despesas" e não há planos de elevação de **impostos**. As privatizações ajudarão a reduzir a dívida pública, disse, citando ainda os leilões de infraestrutura desta semana como um exemplo de que a agenda econômica "está andando".

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso>

# Biden propôs acordo que taxa 'big techs' e elimina paraíso fiscal

**Assis Moreira**

O presidente dos EUA, Joe Biden, ofereceu um grande barganha aos parceiros para alcançar um novo acordo global de taxação das multinacionais, e com isso obter receita para pagar seu ambicioso projeto de infraestrutura, de US\$ 2,3 trilhões.

O governo americano propõe um novo modelo de repartição do lucro das múltis, de forma que as "big techs", como Apple, Amazon, Facebook, não poderão escapar de pagar tributo nos mercados onde realizam seus negócios mesmo sem ter uma presença física local.

Fazendo isso, os EUA esperam convencer sobretudo os europeus a aceitar uma imposto de renda mínimo global para empresas. Para Washington, essa é uma espécie de segurança para limitar a guerra fiscal entre os países e não afetar empresas americanas que serão submetidas a taxação interna maior pelos planos de Biden.

"A posição americana é agora radicalmente diferente e ambicioso", afirmou um participante das negociações que ocorrem na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), depois que a proposta americana circulou entre os países.

O governo Biden está bastante focado na criação da taxação mínima global para as múltis. Mas sabe que todo mundo quer taxar Google e outros gigantes tecnológicos, por exemplo. Até recentemente, os EUA rejeitavam isso, reclamando de discriminação contra as suas empresas.

Com a mudança de postura, Washington propõe não a criação de nova receita, mas uma nova repartição dos lucros entre os países onde essas companhias implantaram suas sedes e aqueles onde elas têm seus mercados e obtêm o faturamento e lucro.

A nova fórmula se aplicaria apenas sobre as 100 maiores companhias, que são também as mais lucrativas. Alcança desde as maiores firmas tecnológicas americanas, como outros gigantes multinacionais. Em comparação, alguns países têm defendido na negociação que essa regra deveria atingir mais de 2.000 múltis.

"A negociação deve ser vista como um todo, com os dois pilares, o primeiro com a repartição do lucro e o segundo com a taxa mínima", nota um negociador.

A OCDE calcula que a mudança de regras no "pilar 1" - compartilhar "a torta", como é chamado o lucro de grandes múltis pelos negociadores - poderia levar à redistribuição de cerca de US\$ 100 bilhões de **impostos** existentes anualmente.

No "pilar 2" (imposto mínimo global), se for fixado em 12,5%, poderia arrecadar US\$ 100 bilhões de novos **impostos** anuais. Com uma alíquota maior, como querem os EUA, a arrecadação será maior.

A negociação na OCDE, que reúne quase 140 países, visa dar estabilidade ao sistema tributário internacional e frear a proliferação de brechas legais utilizadas por multinacionais para transferir lucros para jurisdições onde a taxação é baixa ou inexistente.

O governo Biden constata que, das 10 principais jurisdições para o lucro de múltis americanas em 2018, sete eram paraísos fiscais. Bermuda, com só 64 mil habitantes, registrou 10% de todo o lucro no exterior declarado por companhias americanas.

Apesar de a negociação na OCDE usar uma alíquota de 12,5% para o imposto de renda mínimo, para análise de impacto econômico, nenhum nível foi fixado até agora, pois não estava certo se os EUA realmente aceitariam o mecanismo ou não. O governo de Donald Trump tentou corrigir ligeiramente a erosão fiscal, aplicando taxa de 10,5% sobre o lucro offshore atribuído a intangíveis e propriedade intelectual das múltis.

Mas não será fácil obter um consenso dentro da Europa sobre o pilar de taxação global mínima para as múltis. Os EUA defendem uma taxa mínima de 21%. Mas a Hungria tem tributação de 9%. A Irlanda, de 12,5%, mas por um bom tempo era muito menor na prática. A Irlanda fez do imposto baixo o centro de sua política econômica por décadas. É sede europeia de um grande número de multinacionais americanas, que transferem para lá parte dos lucros na região. Uma montagem permitia às empresas pagar no máximo 1% sobre os lucros. As transações na Europa eram registradas na Irlanda, mas o dinheiro era rapidamente transferido para paraísos fiscais ainda mais

generosos. Esse esquema oficialmente acabou.

Com um novo acordo global, os EUA e os outros países vão jogar pesado com as múltis que mantêm boa parte dos lucros offshore. Se o acordo global estabelecer taxa mínima de 15%, por exemplo, o fisco dos EUA poderá indagar à Apple Bermuda quanto pagou nesse país. Se pagou 2%, o fisco americano cobrará então a diferença para chegar aos 15% da taxa mínima global.

Bermuda ou qualquer outro país não será obrigado a mudar a taxa nacional. Se Apple Bermuda tiver atividade totalmente local, e o governo não quiser cobrar imposto, não tem problema.

Mas não poderá ser local para esconder os lucros de múltis.

Assim, os perdedores de um futuro acordo serão países e jurisdições que atualmente atraem múltis com ofertas de baixa ou nenhuma tributação, como paraísos fiscais no Caribe, Cingapura, Suíça, Irlanda, Luxemburgo.

Vários detalhes continuam em negociação. Por exemplo, se a Ali-baba chinesa vendeu um produto em Ruanda, terá de pagar imposto em Ruanda. Mas como isso vai funcionar? A empresa chinesa precisará ter uma pessoa jurídica estabelecida em Ruanda? Ou enviará o dinheiro a partir da China? Nesse caso, quem vai controlar isso? A resposta de para isso virá com a barganha proposta pelos EUA. Haverá uma fórmula negociada entre os países, dividindo a taxação do lucro de múltis.

De acordo com o governo Biden, a taxação média sobre as empresas nos países da OCDE era de 32,2% em 2000 e estava em 23,3% em 2020. Quando os países competem entre si para atrair atividades e lucros por meio da redução de **tributos**, o resultado é que é difícil obter receita suficiente para suportar os gastos públicos necessários, nota o governo democrata.

A situação financeira dos governos piorou com a pandemia de covid-19. O Fundo Monetário Internacional (FMI) calcula que as medidas fiscais adotadas pelos países do G-20 desde o surgimento do novo coronavírus alcançaram US\$ 12,7 trilhões, sem contar o plano de investimento de US\$ 2,2 trilhões anunciados por Biden nos EUA. Será preciso financiar tudo isso.

Com os orçamentos públicos limitados, a Câmara de Comércio Internacional (ICC, na sigla em inglês) vê "risco claro de que os governos adotem medidas fiscais unilaterais que provavelmente esfriarão os

próprios investimentos e empreendimentos transfronteiriços necessários para conduzir uma recuperação pós-pandemia".

Nesse cenário, os ministros de Finanças do G-20, que reúne as maiores economias do mundo, concordaram nesta semana em tentar concluir até julho o acordo para modernizar o sistema tributário global. Mas a meta é considerada muito ambiciosa por vários negociadores. O Congresso dos EUA também precisa votar o projeto de infraestrutura. E a parte de tributação é considerado "mega complicado" e vai tomar tempo. Continuará difícil negociar com os parceiros mundiais ao mesmo tempo.

Algumas fontes já mencionam outubro como o mês com mais chances para que seja concluído o acordo global.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

# Plano encerraria 30 anos de guerra fiscal entre os países

**Chris Giles**

Há décadas, o sistema internacional de tributação das empresas tem irritado quase todo mundo - a não ser os acionistas das maiores multinacionais e os países com baixa tributação.

À medida que a proporção dos lucros das empresas em relação à economia mundial foi aumentando e os salários, caindo, os grandes países passaram a ter cada vez mais dificuldade para tributar esses ganhos.

Isso, enfim, pode mudar, graças às propostas apresentadas pelo governo de Joe Biden nos EUA em documento de 21 páginas enviado ontem a mais de 100 países, ao qual o "Financial Times" teve acesso a partir de diversas fontes.

A proposta procura romper o impasse nas longas negociações mundiais promovidas pelo clube das nações ricas, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), oferecendo pela primeira vez o que representa uma grande barganha.

As principais economias avançadas do mundo teriam poder para elevar os **impostos** sobre pessoas jurídicas sobre as gigantes tecnológicas americanas e outras multinacionais. Em troca, seria introduzido um piso mundial para o imposto cobrado das empresas, que permitiria ao governo Biden conseguir uma arrecadação adicional significativa das empresas com sede nos EUA para financiar seu programa de investimentos em infraestrutura.

"Desejamos acabar com a guerra de benefícios fiscais na tributação das multinacionais e estabelecer uma arquitetura tributária na qual os países trabalhem juntos rumo a uma prosperidade, inovação e crescimento mais equitativos", destaca o documento.

Trinta anos de guerra fiscal. De acordo com dados da OCDE, a alíquota média sobre pessoas jurídicas nas economias avançadas caiu de 32%, em 2000, para pouco mais de 23%, em 2018.

Isso se deve, em grande medida, a países de economias menores, como Irlanda, Holanda e Cingapura, que atraíram empresas sem grandes amarras geográficas ao oferecer **impostos** mais

baixos. Multinacionais com ativos cada vez mais intangíveis, como as firmas tecnológicas globalizadas, transferiram operações físicas e grandes partes de seus lucros para paraísos fiscais e países de baixa tributação, reduzindo assim sua conta global de **impostos**.

Mas isso fomentou uma disputa entre outros países, estimulando-os a também reduzir **impostos** para tentar manter as empresas operando em seus territórios.

"[Como resultado] tivemos mais de 30 anos de guerra de benefícios fiscais [e] chegou a hora de mudar essa situação", afirmou o executivo-chefe do grupo de lobby Tax Justice NetWork, Alex Cobham.

Caso recebam o aval de outros países, as propostas do governo Biden representarão a maior reforma na tributação de empresas em décadas - e podem tirar de cena os paraísos fiscais.

A chave para um consenso está na novidade de que os EUA agora reconhecem que as duas partes das negociações internacionais estão interligadas - não pode haver acordo sobre uma parte sem concessões na outra.

O que importa para os EUA, em termos de política interna, é a introdução de uma alíquota global mínima no imposto sobre as empresas, como enfatizado, nesta semana, por Biden e pela secretária do Tesouro, Janet Yellen. Isso é conhecido como o "pilare dois" das negociações internacionais.

Imposto sobre as vendas em cada país. A novidade veio com o reconhecimento pelos EUA das preocupações dos demais países quanto à necessidade de lidar com a falta de tributação sobre as empresas tecnológicas com sede nos EUA; esse é o "pilare um" das negociações mundiais. "O pilare dois não pode ter pleno sucesso sem uma arquitetura tributária internacional estável [e] multilateral", reconhece o documento.

Portanto, os EUA se ofereceram para dar a todos os países o poder de tributar fatias dos lucros internacionais gerados pelas cerca de 100 maiores empresas do mundo; o valor que cada país pode arrecadar seria baseado nas vendas das empresas

naquela economia.

Muitas dessas empresas têm sede nos EUA, portanto, o país teria que abrir mão de seus atuais direitos de tributação para que a sua proposta atenda as "preocupações populares em todos os países sobre as megaempresas".

Em troca, os EUA esperam que os demais países desistam dos **tributos** digitais que propuseram de forma unilateral. Os EUA também especificaram que o novo sistema teria foco não apenas nas empresas americanas ou digitais.

Em princípio, o plano dos EUA é similar ao apresentado em 2020 pela OCDE, mas mais simples, ao abdicar de regras complicadas sobre que tipos de empresas e linhas de negócios seriam incluídas.

Algumas grandes e lucrativas empresas, como a Microsoft e a Apple, seriam mais impactadas pelo plano americano do que pelas propostas alternativas.

Será que é suficiente? Embora tenha tido poucos dias para estudar o plano americano, a OCDE reconhece que, em termos gerais, atingiria os mesmos objetivos que sua proposta e resultaria em uma arrecadação similar.

Como resultado, a proposta tem boas chances de encontrar apoio entre outros grandes países; a Itália, que neste ano preside o G-20, grupo das maiores economias do mundo, comprometeu-se a tentar conseguir um consenso preliminar no terceiro trimestre.

O governo dos EUA, no entanto, ainda teria que conseguir em seu Congresso as alterações necessárias em tratados tributários.

Por outro lado, o plano dos EUA não representa nem de perto a completa reestruturação do sistema tributário mundial, defendida por muitos ativistas.

Apenas uma pequena fatia dos lucros mundiais ficaria passível de compartilhamento e a proposta não resolveria as desigualdades que favorecem os países ricos à custa das nações em desenvolvimento, dizem os críticos.

"Os recursos da receita tributária [adicional] provavelmente ficarão extremamente concentrados nos países do norte", disse Tommaso Faccio, da Comissão Independente para a Reforma da Tributação Internacional das Empresas (Icrit, na sigla em inglês). "Queremos que as multinacionais paguem sua parte justa, mas isso também precisa ocorrer em todos os lugares, não apenas nos EUA."

Faccio disse já ter ouvido reclamações de "autoridades descontentes" de outros países a respeito de que o grosso da arrecadação irá para os EUA e a Europa.

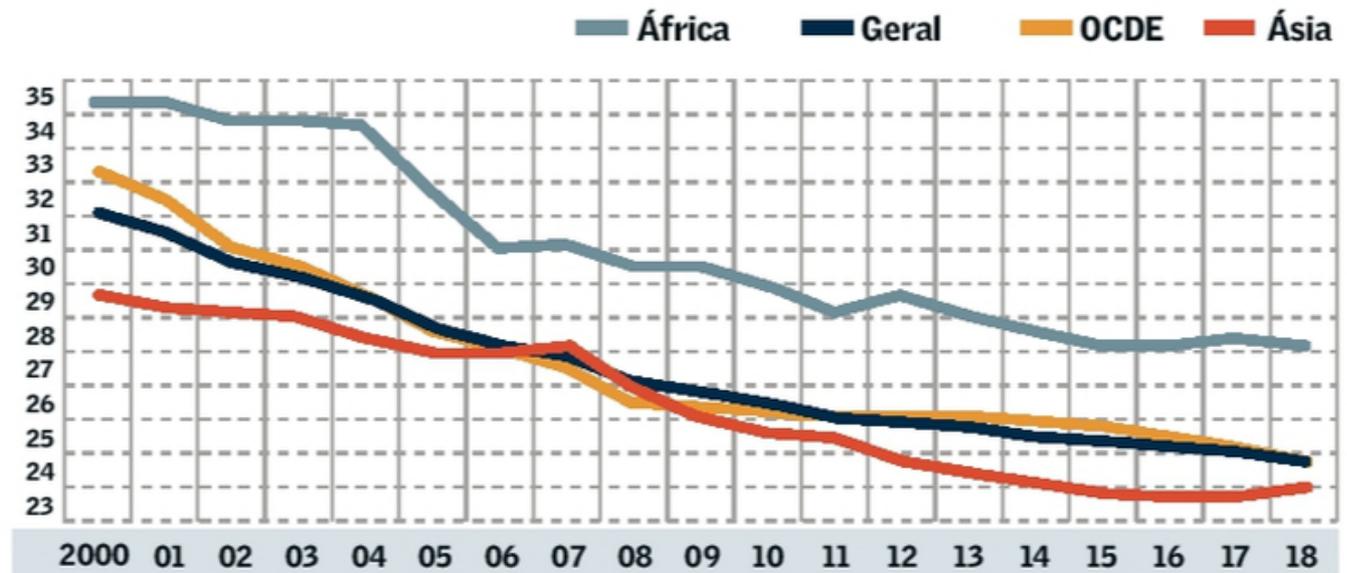
Além disso, Cobham, do Tax Justice NetWork, disse estar preocupado com o número muito pequeno de multinacionais incluídas no plano americano. A proposta original da OCDE teria coberto cerca de 2.300 empresas.

"[O plano americano] não diz respeito a mudanças nas regras sobre como tributamos as multinacionais", disse Cobham. "Diz respeito à tributação de algumas poucas [...] Não aborda a grande maioria [das empresas] empenhada em transferir lucros-mas uma ambiciosa alíquota global mínima poderia ser um grande avanço para eliminar os incentivos [fiscais]."

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

## Guerra fiscal reduz imposto das empresas

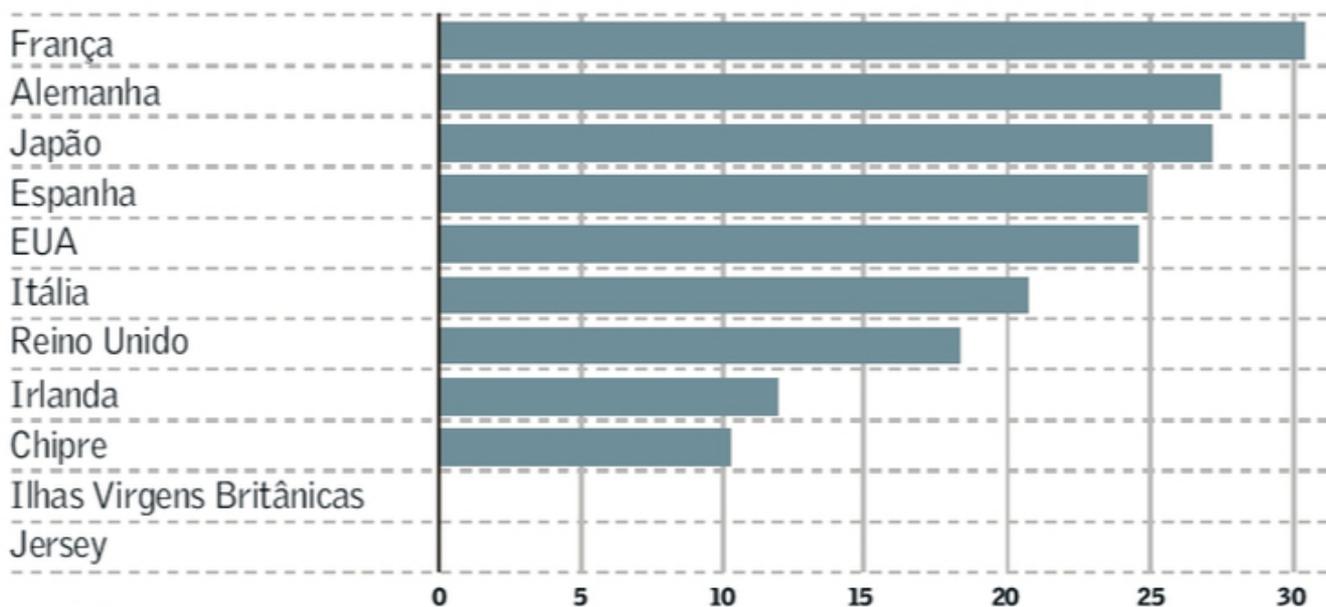
Taxa média do imposto sobre empresas por região\*, em %



Fonte: OCDE. \*Exclui países e territórios onde o imposto é zero

## Países que menos tributam as empresas

Alíquotas médias efetivas em 2019 (em %)



Fonte: OCDE

# Orçamento: processo no TCU pressiona Planalto



**AUGUSTO FERNANDESMARINA BARBOSAROSANA  
HESSEL**

Na queda de braço com o Congresso sobre qual deve ser a decisão do presidente Jair Bolsonaro sobre o Orçamento de 2021, aprovado por deputados e senadores, a equipe econômica ganhou mais um motivo para aconselhar o mandatário a não sancionar o texto integralmente. É que houve uma mudança de rota no processo de investigação no Tribunal de Contas da União (TCU) sobre possíveis irregularidades na peça orçamentária, e para conduzir o inquérito a Corte escolheu o ministro Aroldo Cedraz em vez de Bruno Dantas, como era esperado. Segundo fontes, a investigação seria "mais suave" se ficasse com Dantas, porque recairia apenas sobre o ministro da Economia, Paulo Guedes, e seus auxiliares. Com a alteração, o investigado das supostas irregularidades será o próprio chefe do Planalto.

Mesmo a contragosto do Legislativo, a tendência, portanto, é de vetos ao Orçamento. Guedes tem feito alertas diários sobre os riscos para Bolsonaro, caso o texto seja sancionado como está. Ontem, durante evento virtual promovido pela Câmara de Comércio Brasileiro-Americana, o ministro disse que "agora, é mais uma questão política de como podemos corrigir isso juntos", ao defender mudanças na matéria.

De acordo com Guedes, "houve um acordo político no Orçamento, o problema é como foi entregue". Ele evitou dizer que há um mal-estar entre a equipe econômica e parlamentares, apesar das críticas constantes feitas por deputados e senadores de que o Ministério da Economia está fazendo "terrorismo" ao

afirmar que Bolsonaro pode responder a um processo de impeachment caso não vete o texto. "Não estamos brigando, somos parceiros. Somos poderes independentes, mas podemos colaborar no Orçamento, e há um problema de como corrigir o excesso de gastos que foi enviado em um primeiro momento", frisou.

Economia e Congresso não entraram num acordo em relação ao montante de R\$ 26,5 bilhões em emendas criadas pelo relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa), o senador Marcio Bittar (MDB-AC). Para possibilitar o valor, o parlamentar cortou despesas obrigatórias, como aposentadorias. Esse é um dos principais problemas apontados pelos analistas no Orçamento deste ano, que não deixam de ser consideradas como "pedaladas" em sua essência.

Deputados e senadores garantem que Guedes e seus auxiliares participaram das discussões sobre a peça orçamentária e que sabiam da mudança proposta por Bittar, tanto que orientaram as lideranças do governo na Câmara e no Senado a votarem pela aprovação da matéria. Em sua defesa, o ministro alegou ser normal que "haja alguns erros e excessos" em um "time que está jogando junto pela primeira vez", mas destacou que "os acordos políticos têm de caber no Orçamento", porque "não podemos acordar politicamente mais do que podemos dar".

Risco de paralisia do Executivo O secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, apontou risco de paralisia de serviços públicos (shutdown) se não houver uma reformulação do Orçamento, que, conforme cálculos da equipe econômica, deixaria apenas \$ 49,5 bilhões ao funcionamento da máquina pública até o fim do ano. "Da forma como está, o Executivo não chega até o fim do ano. A máquina pública para. Não consegue pagar despesas básicas, como sistemas e luz, necessárias, inclusive, para executar as emendas parlamentares", comentou. Segundo ele, com despesas discricionárias abaixo de R\$ 50 bilhões, o governo teria menos do que o mínimo para funcionar, mesmo sendo muito eficiente. Citando a orientação técnica do Ministério da Economia, o secretário do Tesouro disse que o mais adequado seria um veto às emendas proporcional à recomposição de despesas obrigatórias, subestimadas na peça, que seria feita via projeto de lei. Se a recomposição for de \$ 29 bilhões, ou acima disso, o

veto às emendas teria de ser total, sustentou Funchal, acrescentando que as contas ainda estão sendo feitas.

Segundo Guedes, "é a primeira vez que este governo está construindo com o Congresso o Orçamento". "Eu acho que é mais um problema de coordenação do que outra coisa", opinou. Ele afirmou, porém, que o time está trabalhando para fazer os ajustes necessários. A expectativa do ministro é de que essas discussões "se encerrem bem".

Bittar já anunciou um recuo - corte de R\$ 10 bilhões dessas emendas - e ainda há a expectativa de um acordo para a exclusão adicional de R\$ 15 bilhões. Mesmo assim, não será suficiente para evitar o estouro do teto de gastos - emenda constitucional que limita o aumento de despesas pela **inflação** do ano anterior. Pelos cálculos da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado, há um buraco de R\$ 31,9 bilhões para que o teto de gastos não desabe sobre a cabeça do governo.

Reação Parlamentares não devem aceitar de graça qualquer empecilho proposto por Bolsonaro à peça orçamentária e já se mobilizam para derrubar eventuais vetos. "Há um posicionamento muito firme da Câmara e do Senado de que não vamos aceitar que o presidente vete nada, tendo em vista que a equipe econômica dele participou ativamente", reclamou o deputado Luís Miranda (DEM-DF). "Eles estiveram sempre na comissão (de Orçamento) e aprovaram tudo o que foi feito. Dizer, agora, que vai haver vetos, que erraram nos números e jogar a responsabilidade em cima do Congresso é uma injustiça muito grande. Não creio que vamos aceitar."

Por outro lado, há quem defenda vetos ao Orçamento, como o líder do Novo na Câmara, o deputado Vinicius Poit (SP), um dos que assinaram a representação entregue ao TCU para investigação de irregularidades na peça orçamentária. "Estamos falando do dinheiro das pessoas. O Orçamento da União é o Orçamento dos cidadãos. Não dá para tratar esse assunto com descaso", destacou.

## Leilão não "dribla" teto de gastos



O governo tenta convencer o Tribunal de Contas da União (TCU) de que as contrapartidas exigidas das teles no leilão do 5G não representam um drible no teto de gastos, regra que proíbe que as despesas cresçam em ritmo superior à **inflação**, e mais um desrespeito às regras fiscais que norteiam o Orçamento. A área técnica da Corte fez vários questionamentos ao Ministério das Comunicações sobre os termos do edital do leilão, previsto para o segundo semestre. Na disputa, as teles farão ofertas para comprar frequências - "rodovias no ar" por onde o sinal de 5G será oferecido. Como forma de reduzir o valor da taxa que as empresas deverão pagar, o governo decidiu impor obrigações de investimento. Cada compromisso será abatido do bônus que as empresas teriam de pagar ao Tesouro.

Duas dessas obrigações foram alvo de questionamentos do TCU: a construção de uma rede de comunicações exclusiva para órgãos públicos e o Programa Amazônia Integrada e Sustentável (Pais), que pretende conectar regiões isoladas do país pela fibra óptica.

Para a rede privativa, o governo estabeleceu um teto de R\$ 1 bilhão e para o pais, de R\$ 1,5 bilhão. A interpretação dos técnicos é a de que ambos os compromissos são, na verdade, despesas públicas que serão executadas fora do Orçamento pelas empresas privadas que vencerem o leilão. Isso pode ser interpretado como um drible no teto de gastos. Como o valor somado das contrapartidas, de R\$ 2,5 bilhões, será abatido da outorga, ele pode ser considerado também uma receita pública.

O Ministério da Economia foi provocado pelo TCU a participar das discussões depois dos questionamentos técnicos do Tribunal. Em leilões realizados no passado, o governo estabelecia um bônus a ser pago

pelas empresas, e esse valor, necessariamente, entrava na conta única do Tesouro Nacional. A partir daí, os recursos eram executados dentro do Orçamento.

O caminho tradicional passava pela realização de uma licitação para contratar fornecedores para tocar os projetos. Mas, na licitação do 5G, o Ministério das Comunicações optou por tirar essas despesas do Orçamento. Por trás dessa decisão, está justamente a emenda do teto de gastos. Isso porque nem mesmo a entrada de recursos bilionários permite o aumento do gasto público.

"Camuflagem" Para o ex-ministro das Comunicações e ex-presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) Juarez Quadros, não restam dúvidas do caráter público dos investimentos - e, portanto, dos recursos que eles envolvem. "São contrapartidas que abatem o valor da compra das frequências, que, por sua vez, são bens públicos que não podem ser doados. No momento em que o governo exige um investimento e não o coloca na cesta de recursos públicos, está fazendo um trabalho de certa camuflagem e maquiagem do Orçamento e do teto", explicou.

No ano passado, os ministros do TCU aprovaram o modelo de renovação dos contratos de ferrovias com realização de investimentos cruzados por parte das concessionárias - contrariando, porém, o entendimento da área técnica do órgão, que questionou justamente se a proposta era a mais vantajosa para o governo.

Para os defensores dessa tese, se a lógica do drible no teto de gastos estivesse correta, o Supremo Tribunal Federal (STF) teria declarado a inconstitucionalidade do modelo de investimento cruzado das ferrovias.

# Aquisição de vacinas contra COVID-19 por empresas (2)

**Armando Luiz Rovai, Professor de direito político, econômico e comercial da Universidade Presbiteriano Mckenzie e do PUC/SP. Doutor em direito pelo PUC/SP, ex-presidente do Junto Comercial do Estado de São Paulo e ex-secretário nacional do Consumidor (Sencccon)**

Para começar, deve-se ser dito que, atualmente, as pessoas jurídicas podem adquirir doses de vacina contra a COVID-19, desde que a integralidade das doses seja doada para o SUS utilizar no Programa Nacional de Imunizações.

A proposta que é trazida no texto-base do projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados tem como ponto principal flexibilizar as regras de aquisições de vacinas, permitindo que as empresas ou associações adquiram as doses para aplicar exclusivamente nos seus empregados, funcionários, estagiários, associados, autônomos ou prestadores de serviços, sempre de forma gratuita, desde que doe a mesma quantidade de doses adquiridas para o SUS utilizar no Programa Nacional de Imunizações.

Caso haja a aprovação do projeto, as empresas e associações, ou seja, as pessoas jurídicas, poderão adquirir e aplicar imediatamente essas doses, desde que as vacinas sejam validadas pela Anvisa. Há de se observar, todavia, que o projeto de lei ainda prevê que as empresas e associações somente poderão comprar imunizantes aprovados pelos órgãos de saúde internacional.

Uma vez adquiridas as vacinas, as referidas empresas e associações poderão aplicá-las de imediato nos seus colaboradores ou associados, respeitando a aplicação dos grupos prioritários, na forma disposta no Programa Nacional de Imunizações.

A possibilidade de essas empresas comprarem vacina e gerar prejuízos às pessoas hipossuficientes e dependentes do Programa Nacional de Imunizações não é válida. Havendo imunizantes suficientes nos laboratórios nacionais e mundiais, a compra de vacinas pela iniciativa privada não gerará prejuízos ao Programa Nacional de Imunizações, uma vez que cada pessoa vacinada pela empresa associação deixará de compor a fila do SUS. e, conseqüentemente, a fila do Programa Nacional de Imunizações.

Apesar de a compra de vacinas pela iniciativa privada acelerar o processo de imunização, um aumento na demanda pode ocasionar uma **inflação** no preço desse medicamento, porém, na situação em que estamos, com mais de 4 mil mortes diárias, temos de vacinar o mais rápido possível e buscar salvar as vidas para depois salvar a economia.

O projeto de lei ainda não é aplicável, tendo em vista que depende de votação no Senado, ou, até mesmo, pode sofrer modificações que alterem sua redação original (ocorrida em 6 de abril de 2021, na Câmara dos Deputados).

Armando Luiz Rovai, Professor de direito político, econômico e comercial da Universidade Presbiteriano Mckenzie e do PUC/SP. Doutor em direito pelo PUC/SP, ex-presidente do Junto Comercial do Estado de São Paulo e ex-secretário nacional do Consumidor (Sencccon)

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/09/04/2021/p1>

# Banco Central não deixaria de subir juros por impacto na dívida pública, diz diretor

**Larissa Garcia** *brasil*

O diretor de Política Econômica do Banco Central, Fábio Kanezuk, afirmou nesta quinta-feira (8) que não vê evidências de que o país esteja sob dominância fiscal atualmente, mas ressaltou que não se trata de "um problema" da autoridade monetária.

"As variáveis estão se comportando de maneira tradicional. [...] No fim, dominância fiscal não é problema nosso. Se você é um investidor, você quer isso, não quer que o BC sirva à política fiscal", destacou em evento virtual promovido pelo BNY Mellon.

Dominância fiscal é quando a política monetária depende do controle das contas públicas e da dívida para conter a inflação. Nesse cenário, quando o BC eleva a taxa básica de juros, a dívida aumenta a ponto de gerar mais inflação.

Kanezuk afirmou que o BC não deixaria de subir juros por causa do impacto da Selic na dívida pública.

"Consideramos os riscos fiscais o tempo todo. No último relatório de inflação traçamos cenários alternativos em que há questionamentos sobre sustentabilidade fiscal e o prêmio de risco sobe, a taxa de juros neutra cresce, o Real se desvaloriza e a inflação aumenta", detalhou.

"Mas não podemos deixar de subir juros porque temos um problema fiscal, é preciso subir [a taxa básica] porque temos que tomar conta da inflação. Se temos mais inflação, não questionamos se vai gerar mais dívida ou se o custo da dívida vai aumentar porque a Selic está mais alta, não se leva isso em consideração", avaliou Kanezuk.

Como a maior parte da dívida pública é atrelada à taxa básica de juros, quando há elevação, o governo paga mais caro pelo endividamento.

Ele ressaltou que o compromisso principal do BC é controlar a inflação. "Não é meu papel dizer qual é a melhor política fiscal para o país, estou aqui como Banco Central, não fui eleito", pontuou.

O diretor disse também ter dúvidas se o país já esteve em dominância fiscal. "Em 2002 eu estava convencido

de que havia dominância fiscal, mas agora tenho dúvidas."

Não podemos deixar de subir juros porque temos um problema fiscal, é preciso subir porque temos que tomar conta da inflação

Fábio Kanezuk

diretor de Política Econômica do Banco Central

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49491>

# "Empresários querem ambiente político calmo"



Andreza Matais Vera Rosa / BRASÍLIA

O ministro das Comunicações, Fábio Faria, disse ao Estadão que o governo fará encontros periódicos com representantes do **PIB** para medir a temperatura da crise e encontrar soluções conjuntas. Dono de um estilo afeito ao confronto, o presidente Jair Bolsonaro saiu do jantar de anteontem com empresários, em São Paulo, levando na bagagem de volta o alerta de que precisa mudar. "Tudo o que os empresários querem é um ambiente político calmo", afirmou Faria.

Integrante da comitiva que participou daquele encontro, Faria argumentou, porém, que o governo já está mudando, tanto que fez seis trocas na equipe e alianças para evitar mais atritos com o Congresso. Os empresários também cobraram de Bolsonaro a aplicação de dois milhões de doses de vacina por dia - o dobro do que existe hoje.

A conversa na casa de Washington Cinel, dono da empresa de segurança Gocil, não girou, no entanto, apenas sobre apelos para que o governo acelere a vacinação. A política também estava à mesa. Faria disse que muitos ali manifestaram receio com a volta do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Eu não tenho medo", disse o ministro. Deputado eleito pelo PSD, Faria não vê chances para o espectro político de centro na próxima eleição. "Nesse cenário de hoje entre Lula e Bolsonaro, o centro não tem tempero para entrar na disputa. Não tem players competitivos para 2022." | O presidente jantou com empresários em um momento de críticas do setor à condução da pandemia, à política externa e à política ambiental. Partiu do governo a iniciativa de procurá-los?

Com a pandemia, Pacheco (Rodrigo Pacheco, presidente do Senado) e Arthur (Lira, presidente da Câmara) se reuniram com alguns empresários, que tinham preocupações. A maior delas era a vacinação em massa.

Eles tinham também ponderações em relação à política externa, que poderia atrapalhar a aquisição de IFAs e vacinas. Se você fizer um breve histórico, vai ver que houve seis mudanças ministeriais após essas reuniões dos empresários.

| Os relatos de Lira e Pacheco levaram ao Palácio do Planalto um sinal amarelo?

Eu não falei que as trocas vieram por causa dos encontros.

Alguns assuntos que eles trataram já estavam vencidos. A gente achou prudente que o próprio Executivo pudesse se reunir com os mesmos empresários.

A gente foi para ouvir o sentimento deles. O presidente não aceita pressão. Ele que fez a mexida no tabuleiro.

| Diante da perda de popularidade e do apoio empresarial, o presidente mudou de discurso e de postura e passou até a usar máscara.

Mas vai mudar na prática?

O que se observa, até agora, é um vaivém de declarações.

Ele nunca acreditou em pesquisa.

Nem a boa, nem a ruim. Essa mudança de postura do presidente, que vocês falam, é devido à nova variante. Nós temos uma nova cepa. Antigamente, nós tínhamos como separar apenas os idosos e o grupo de risco, porque o mundo todo viu que o vírus atingia mais o grupo acima de 60 anos. Hoje, não. Então, tudo mudou. O ministro (Marcelo) Queiroga, quando assumiu a Saúde, falou isso para o presidente.

Disse que era preciso usar mais máscaras, até falou em "Pátria de máscara". Ontem (anteontem), o presidente chamou o Queiroga de "Posto de Saúde". Disse: "Eu tenho o meu Posto Ipiranga, agora tenho o meu Posto de Saúde".

| No meio político o que se diz é que o presidente só mudou por causa do retorno do ex-presidente Lula à cena política.

Não. Coincidiu que o Supremo Tribunal Federal decidiu anular as condenações do ex-presidente Lula, que fez um discurso falando da importância da vacina. Nós mudamos devido a essa nova variante (do vírus).

O medo é maior. Quero até trazer um dado da última pesquisa que fiz: vem crescendo a curva do medo do desemprego.

I De quando é essa pesquisa?

Da semana passada. São pesquisas internas sobre o sentimento do brasileiro. O desemprego é uma preocupação muito grande do presidente. No jantar de ontem (anteontem), todos os empresários falaram em relação a isso. Um empresário de shopping disse que tinha feito mais de dois mil exames e não detectou nenhum positivo. As lojas têm protocolos.

Todo mundo tem que entrar de máscara, usar álcool em gel na entrada. Ninguém fica perto de ninguém. Os protocolos funcionam. Existe um sentimento de que muita coisa está sendo feita errada, que a gente realmente poderia rever tudo e, com os protocolos que já temos, evitar uma quebradeira muito maior.

I Alguém defendeu lockdown?

Ninguém. A gente não pode, de uma hora para a outra, trancar o Brasil.

I Quais outros pedidos os empresários fizeram ao presidente?

Eles acham fundamental que o Arthur, o Pacheco e o presidente permaneçam unidos. Nós vivemos dois anos de muitas rixas entre o Congresso - a Câmara, principalmente - e o Executivo. Tudo o que eles sonham, tudo o que eles querem, é um ambiente político calmo.

E isso foi falado. Eles também pediram, claro, para reforçar a vacinação em massa.

I Por que o presidente não tomou a vacina? Em Brasília, ele já poderia ser vacinado.

Isso é uma decisão pessoal do presidente. No sábado, ele disse: "Se querem que eu tome a vacina, eu vou me vacinar". Só que ele fala assim: "Primeiro, eu sou o chefe da Nação. Eu tenho que saber o que está ocorrendo em todo canto. Então, eu vou para o front. Não vou ficar no Alvorada trancado". Ele é criticado por isso. Tem gente que defende que o presidente tem que ser igual a comandante de navio. É o último a sair do navio. Ele diz: "Eu tenho saúde. Eu já tive covid". Quando ninguém esperar, ele vai tomar.

I O presidente tem um estilo de incentivar confrontos. Depois de esticar a corda com governadores e prefeitos na condução da pandemia, é possível uma reaproximação?

A gente só não consegue dialogar quando fala pelas costas ou quando tem traição. A gente tem um presidente no Brasil que fala o que pensa. Fala o que sente, de acordo com as pessoas com as quais ele conversa, com as redes sociais, com as visitas que faz, como ao Chaparral (comunidade da periferia do Distrito Federal).

Ontem (anteontem) ele mesmo falou que visitou algumas casas lá. Em três não tinha nada para comer. Eram trabalhadores informais que hoje não ganham nada. Ele disse: "Como é que não vou ficar preocupado com isso? Podemos ter um caos no Brasil".

I A campanha da reeleição entrou na pauta do encontro com os empresários?

Não. Eles querem que tenha um engajamento com o Congresso, foco na vacinação. Alguns falaram que têm medo da volta do Lula. E que é importante que o governo continue acertando as reformas.

I Mas é possível ter alguma reforma ainda?

Sim. Tem a administrativa e a tributária, que são as reformas previstas para este ano.

I Que cenário vê para 2022?

Vai ser uma polarização. A volta do Lula afetou muito os candidatos de centro. Não quero citar nomes, mas já sei que alguns desistiram. A cada semana que passa, eles vão diminuindo na pesquisa. Nós temos um que governou o Brasil em dois mandatos, que lidera a oposição. E tem um presidente que é outro presidente muito popular, de direita. Então, é muito difícil um nome que não tenha um tempero, não tenha conhecimento da população, entrar no meio da disputa entre o Lula e o Bolsonaro. O Bolsonaro sempre achou que fosse enfrentar o PT. Já enfrentou em 2018.

I Mas não foi com Lula.

Mas o Lula, ao mesmo tempo em que é o nome mais forte do PT, também é o que tem mais rejeição. O Brasil ainda respira centro-direita, está em uma ressaca muito grande de um governo de esquerda. Então, eu diria que o Bolsonaro, na disputa com o Lula, é favoritíssimo.

Eu acho muito difícil a situação do (governador João)

Doria em São Paulo. Terrível.

O problema do Doria é o marketing excessivo. E as traições ao (Geraldo) Alckmin, ao Aécio (Neves), ao próprio eleitor paulista porque disse que não ia renunciar à Prefeitura.

I O sr. fala de "favoritismo" de Bolsonaro, mas o seu partido, o PSD, e o Centrão enxergam uma possibilidade de apoiar Lula, pois muitos têm bases ancoradas no Nordeste. O próprio Arthur Lira foi ao Twitter para elogiar a decisão do Supremo favorável a Lula.

Arthur Lira e Ciro Nogueira, que é o presidente do PP, já declararam inúmeras vezes que estarão com o presidente Bolsonaro.

Nenhum partido falou que estaria com Lula. Há os que dizem que vão estar com Bolsonaro e outros que falam em candidatura própria. É isso que está na mesa.

I Como o governo avaliou a carta divulgada por seis presidenciáveis de centro em defesa da democracia?

A nossa democracia está ameaçada?

Eles não são players competitivos para 2022. Nesse cenário de hoje, entre Lula e Bolsonaro, o centro não tem tempero para entrar em uma disputa.

Se juntar seis, não dá um. E eu acho que eles estão em uma bolha.

Precisam andar mais, conhecer um pouco mais da realidade atual. Nesse momento, todos estão vendo a pandemia.

Mas, na hora da eleição, todo mundo vai avaliar cada ilha do governo, como foi a economia e como a gente vai terminar o ano em relação à vacinação.

Eleição não é corrida de cem metros. É uma maratona.

I O governo não tem um grande programa. O Ministério da Educação continua patinando, o do Meio Ambiente é muito atacado pela questão do desmatamento.

Qual é a marca desse governo?

Eu concordo que não é um governo de uma ou duas marcas.

Só nesta semana o ministro Tarcísio (Freitas, da Infraestrutura) leiloou 22 aeroportos.

Foi a mesma quantidade de todos os governos anteriores. O Banco Central foi eleito o melhor Banco Central de 2020.

No ano passado, a economia caiu 4,1%, enquanto quase todos os países da Europa caíram 9%, 10%. O Brasil só ficou atrás dos grandes, China e Estados Unidos. Bolsonaro não gosta de marca. Ele mesmo disse: "Eu vou continuar as obras.

Não quero obra parada".

I A entrada da deputada Flávia Arruda (PL) na Secretaria de Governo foi para atender Arthur Lira e o Centrão depois que ele insinuou impeachment?

Não. A vinda da Flávia traz sangue novo. Ela tem relação com deputadas da bancada feminina, é muito próxima do Lira, tem relação com partidos de centro.

I Mas a presença na posse dela do presidente do PL, Valdemar Costa Neto, preso no mensalão, provocou desgaste.

De jeito nenhum.

I E por que então o governo tirou a foto dele do banco de imagens?

Nem vi isso.

"Polarização"

"Vai ser uma polarização (em 2022). Mas o Lula, ao mesmo tempo em que é o nome mais forte do PT, também é o que tem mais rejeição. O Brasil ainda respira centro-direita, está em uma ressaca muito grande de um governo de esquerda. Então, eu diria que o Bolsonaro, na disputa com o Lula, é favoritíssimo."

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Edital do leilão do 5G entra na mira de técnicos do TCU



**Consulta.** TCU quer ouvir Economia sobre questionamentos

**Anne Warth Adriana Fernandes / BRASÍLIA**

O governo tenta convencer o Tribunal de Contas da União (TCU) de que as contrapartidas exigidas das teles no leilão do 5G não representam um drible no teto de gastos, regra que proíbe que as despesas cresçam em ritmo superior à **inflação**, e mais um desrespeito às regras fiscais que norteiam o Orçamento. A área técnica da Corte fez vários questionamentos ao Ministério das Comunicações sobre os termos do edital do leilão, previsto para o segundo semestre.

Na disputa, as teles farão ofertas para comprar frequências - "rodovias no ar" por onde o sinal de 5G será oferecido. Como forma de reduzir o valor da taxa que as empresas deverão pagar, o governo decidiu impor obrigações de investimento. Cada compromisso será abatido do bônus que as empresas teriam de pagar ao Tesouro.

Duas dessas obrigações foram alvo de questionamentos do TCU: a construção de uma rede de comunicações exclusiva para órgãos públicos e o Programa Amazônia Integrada e Sustentável (PAIS), que pretende conectar regiões isoladas do País por meio de fibra óptica. Para a rede privativa, o governo estabeleceu um teto de R\$ 1 bilhão e para o PAIS, de R\$ 1,5 bilhão.

A interpretação dos técnicos é a de que ambos os compromissos são, na verdade, despesas públicas que serão executadas fora do Orçamento pelas empresas privadas que vencerem o leilão.

Isso pode ser interpretado como um drible no teto de

gastos.

Como o valor somado das contrapartidas, de R\$ 2,5 bilhões, será abatido da outorga, ele pode ser considerado também uma receita pública. O Ministério da Economia foi provocado pelo TCU a participar das discussões depois dos questionamentos técnicos do Tribunal.

O próprio ministro das Comunicações, Fábio Faria, reconheceu, em entrevista coletiva à imprensa, que a inclusão dos investimentos no edital e sua execução por meio de uma entidade privada era uma forma de agilizar a entrega dos projetos.

"Não queremos que isso venha para o nosso ministério, porque teríamos que abrir licitação", afirmou, ao ser questionado sobre a execução da rede privativa.

Ainda segundo o ministro, o governo pretende estabelecer critérios e especificações a serem seguidos pelas empresas.

Em leilões realizados no passado, o governo estabelecia um bônus a ser pago pelas empresas, e esse valor, necessariamente, entrava na conta única do Tesouro Nacional. A partir daí, os recursos eram executados dentro do Orçamento. O caminho tradicional passava pela realização de uma licitação para contratar fornecedores para tocar os projetos.

Na licitação do 5G, o Ministério das Comunicações optou por tirar essas despesas do Orçamento.

Por trás dessa decisão, está justamente a emenda do teto de gastos. Isso porque nem mesmo a entrada de recursos bilionários permite o aumento do gasto público.

"Camuflar". Para o ex-ministro das Comunicações e ex-presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) Juarez Quadros, não restam dúvidas do caráter público dos investimentos - e, portanto, dos recursos que eles envolvem.

"São contrapartidas que abatem o valor da compra das frequências, que, por sua vez, são bens públicos que não podem ser doados. No momento em que o governo exige um investimento, e não o coloca na

cesta de recursos públicos, está fazendo um trabalho de certa camuflagem e maquiagem do Orçamento e do teto", disse ele.

No ano passado, os ministros do TCU aprovaram o modelo de renovação dos contratos de ferrovias com realização de investimentos cruzados por parte das concessionárias - contrariando, porém, o entendimento da área técnica do órgão, que questionou justamente se a proposta era a mais vantajosa para o governo.

A Vale, por exemplo, em troca da prorrogação das concessões das estradas de ferro Carajás e Vitória-Minas por mais 30 anos, deverá construir parte da futura Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico) e comprar materiais para a conclusão da Ferrovia de Integração Oeste- Leste (Fiol) e para a Transnordestina.

Para os defensores dessa tese, se a lógica do drible no teto de gastos estivesse correta, o Supremo Tribunal Federal (STF) teria declarado a inconstitucionalidade do modelo de investimento cruzado da ferrovias.

#### I Avaliação

"São contrapartidas que abatem o valor da compra das frequências, que, por sua vez, são bens públicos que não podem ser doados." Juarez Quadros EX-MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# A economia e a lentidão da vacina - CELSO MING

**CELSO MING**

Lá se foi o primeiro trimestre do ano. Convém retomar o pulso da economia para saber a quantas estamos e para onde vamos. E os sinais não são bons.

O Brasil é uma ilha de incertezas em meio a uma economia mundial que mostra forte retomada. Nesta semana, o Fundo Monetário Internacional divulgou sua avaliação sobre o comportamento da economia global ainda em meio à pandemia e as projeções são promissoras.

(A tabela mostra a evolução esperada do **PIB** neste ano para alguns países.) Sobre esse tema, as apostas dos investidores também são promissoras, como se vê pelo comportamento do mercado financeiro internacional.

A disparada das cotações em dólares das commodities, especialmente dos minérios e dos alimentos, mostra que a demanda agora aquecida encontrou um mercado global com estoques quase zerados que precisam ser recompostos. O forte despejo de recursos, tanto pelos governos como pelos grandes bancos centrais, com objetivo de empurrar a atividade econômica e a contratação de mão de obra, promete ainda mais dinamismo global nos próximos meses.

Ao mesmo tempo, na maioria dos países industrializados, a vacinação está razoavelmente adiantada. O presidente Joe Biden, dos Estados Unidos, garante que, ainda neste mês de abril, as vacinas estarão disponíveis para toda a população adulta do país. À medida que a imunização se espalhar, a paradeira tenderá a ficar para trás. A Europa, por exemplo, espera vigorosa retomada das viagens e do turismo no próximo verão, que começa em junho no Hemisfério Norte.

O problema é que a vacinação está muito desigual e a retomada da economia, também. Os países mais pobres vão ficando para trás. E o Brasil vai se retardando mais por desorganização do que por pobreza. Tanto no contraataque à covid-19 quanto na economia, enfrenta novos problemas, alguns deles, como desdobramento dos avanços no exterior.

Além do agravamento da situação da saúde, o Brasil

deixou suas contas fortemente desarrumadas. O Orçamento da União de 2021 é uma recriação do doutor Víctor Frankenstein. A nova safra de alta dos juros vai empurrar a dívida pública bruta do País para além dos 100% do **PIB**. A falta de confiança na política econômica mantém o dólar acima dos R\$ 5,50. E há essa **inflação** de custos que, em boa parte, é consequência do boom das commodities. Ela tira o chão de qualquer planejamento de um orçamento pessoal ou familiar. Basta levar em conta o tamanho do estrago produzido pela evolução maluca do IGP-M, índice mais adotado como critério de correção dos aluguéis, que, em 12 meses, foi de nada menos que 31,10%.

Sim, há em contrapartida, o repeteco do desempenho exuberante do agro. Infelizmente, porque pesa menos de 10% no **PIB**, sua densidade não é lá essas coisas para empurrar a atividade econômica do Brasil, principalmente o setor de serviços (mais de 70% do **PIB**). Depois do tombo do **PIB** no ano passado, de 4,1%, bem que se esperava por uma forte reação da atividade econômica neste ano. Mas não há como contar com um avanço do **PIB** em 2021 no Brasil superior aos 3,7%.

Enquanto a população não for suficientemente imunizada, a demanda no País seguirá fraca, o comércio sofrerá novos baques e, com vendas fracas, da indústria também não se espera grande coisa. A distribuição do necessário auxílio emergencial para a população carente agora retomada deverá produzir efeito colateral ruim: o aumento abrupto da procura por alimentos e novo impacto sobre o custo de vida. E, atenção, não dá para ignorar as consequências do baixo nível dos reservatórios de água no Centro-Sul. O acionamento das usinas termoelétricas puxará para cima os preços da energia elétrica.

Pior que tudo é a alienação do governo e dos políticos. Vão esbanjando seu tempo com picuinhas e interesses eleitoreiros, sem olhar para os verdadeiros males que infeccionam a economia, o emprego do trabalhador e o poder aquisitivo da população.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## ECONOMIA MUNDIAL

### ● Projeção da evolução do Produto Interno Bruto (PIB) para 2021

EM PORCENTAGEM

Índia	11,3
China	8,4
EUA	6,4
<b>Mundo</b>	6,0
França	5,8
Reino Unido	5,3
Canadá	5,0
México	5,0
<b>Zona do euro</b>	4,4
Rússia	3,8
<b>Brasil</b>	<b>3,7</b>
Japão	3,3

FONTE: FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI)

## País tem de conter fome se alastrando na esteira do vírus (3)

Num país com 40 milhões de trabalhadores informais, sem renda fixa, e mais de 14 milhões de desempregados, sem renda nenhuma, a pandemia tem dado contornos dramáticos ao conceito que os acadêmicos costumam denominar "insegurança alimentar". No mês de dezembro, pela primeira vez em 17 anos, mais da metade da população brasileira (117 milhões) não teve a certeza de que teria comida suficiente na mesa no dia seguinte, revelou pesquisa da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan) divulgada esta semana. Mais de 19 milhões simplesmente passavam fome.

Com o agravamento da pandemia este ano e com a interrupção no auxílio emergencial, é quase certo que o quadro se tornou ainda pior. A situação requer, além de ações do poder público, uma grande mobilização da sociedade e de entidades filantrópicas para levar alimentos a quem precisa.

Uma primeira e bem-vinda medida para lidar com a situação foi o restabelecimento do auxílio emergencial, que começou a ser distribuído terça-feira e contará com quatro parcelas até agosto. Embora o benefício tenha sido aprovado em valor menor e prazo mais curto que no ano passado, o foco mais ajustado nos realmente necessitados sugere que ele contribuirá de modo decisivo para diminuir a fome.

Uma segunda medida essencial, a que só agora o presidente Jair Bolsonaro começa a dar a prioridade devida, é acelerar a vacinação, de modo que possa haver uma retomada gradual das atividades, com geração de oportunidades de trabalho para os desempregados. Para acelerar essa retomada, prefeitos e governadores deveriam estar autorizados a tomar medidas duras que evitem ao máximo a circulação do vírus. A situação crítica não serve de argumento para o relaxamento das precauções. Muito pelo contrário.

O resultado da pesquisa poderia ser usados por Bolsonaro para justificar sua insana pregação contra o lockdown e seu desprezo pelas medidas de distanciamento e restrição à circulação. Seria um despropósito. É justamente o liberou-geral defendido por Bolsonaro que tem agravado e continuará a agravar a crise sanitária, por criar um ambiente propício à evolução de variantes potencialmente mais

contagiosas do vírus e, em decorrência disso, perpetuar os problemas na economia, criando um círculo vicioso de dificuldades. É a doença que gera paralisia nos negócios, desemprego, queda na renda e faz crescer a fome.

Como aconteceu em 2020, quando o auxílio emergencial de R\$ 600 começou a ser distribuído em abril, por um período de três meses, depois foi estendido até o fim do ano pela metade do valor, não se pode descartar que o quadro social obrigue a que algo semelhante ocorra desta vez. O novo auxílio atingirá 45 milhões ao custo de até R\$ 44 bilhões (em 2020 foram quase 70 milhões de beneficiários, a um custo de quase R\$ 300 bilhões).

O gasto previsto é plenamente justificável diante da emergência, mas é ilusório achar que o Tesouro disponha de recursos infinitos. Para não falar no impacto do desequilíbrio das contas públicas, que também recai sobre os mais pobres, na forma de **inflação**. É preciso, mais uma vez, encarar os limites do Estado brasileiro, acabar com o desperdício de dinheiro onde é desnecessário, para colocar os pobres e a fome no topo da lista de prioridades.

**Site:** <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

# Reforma administrativa pode gerar economia de R\$ 128 bi a Estados e União

**Fabio Graner**

Três medidas que podem ser adotadas em um processo de reforma administrativa devem gerar em dez anos, a partir de 2022, uma economia de R\$ 128 bilhões na União e nos Estados. Só no âmbito federal, o impacto é de R\$ 57 bilhões no acumulado até 2031, de acordo com simulações feitas pela Instituição Fiscal Independente (IFI), em um estudo especial que acaba de ser concluído e foi antecipado ao Valor.

As iniciativas consideradas para as contas feitas são: alongamento de carreiras (dobrando o prazo entre o início e o topo remuneratório de 20 para 40 anos), redução de salário inicial nas carreiras (no caso da União a estimativa considera grosso modo recuo de R\$ 7,4 mil verificado em 2018 para R\$ 5,2 mil) e diminuição da taxa de reposição de funcionários que se aposentam ou morrem de 100% para 60%.

A IFI lembra que essas medidas não estão na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de reforma que tramita no Congresso. Mas estão previstas no cardápio de mudanças que o atual governo pretende promover nas regras para o serviço público.

"A economia advinda das medidas seria relativamente pequena no curto prazo, mas cresceria exponencialmente, podendo atingir o acumulado de R\$ 128 bilhões em dez anos (em 2031), dividida entre R\$ 57 bilhões relativos à União, e R\$ 71 bilhões relativos aos Estados", destaca o texto produzido pelo analista da IFI, Alessandra Casalecchi.

"Este estudo não avalia o mérito do aspecto administrativo das medidas, isto é, a eficácia delas para se atingir o aumento da eficiência e da qualidade dos serviços públicos. Dado que as medidas possuem amplo impacto sobre a organização da administração pública, elas exigem análise multidimensional, levando em conta diversos outros aspectos além do fiscal, foco do presente trabalho", completa.

Com base nessas contas, a projeção do órgão ligado ao Senado é que em 2031 a despesa com o funcionalismo civil da União, que está prevista em R\$ 116,5 bilhões para este ano, cairia a R\$ 98,8 bilhões, no cenário com as três medidas acionadas e com seus efeitos cumulativos.

Sem essas ações e apenas mantendo a política de não repor nem mesmo a **inflação** para os vencimentos dos servidores até 2026 (último ano da atual regra do teto de gastos), o estudo mostra que a trajetória dessa rubrica, uma das maiores do Orçamento federal e considerada gasto obrigatório, teria uma relativa estabilidade (ligeira queda para ser preciso) no horizonte analisado.

"A mensagem geral é que, segundo as nossas simulações, a despesa com servidores estatutários sem as medidas de reforma ficaria praticamente constante.

Com a reforma, esse gasto cairia para patamares mais baixos", disse Casalecchi ao Valor, destacando que nenhuma das iniciativas consideradas nas contas dependeria de mudanças no texto constitucional.

"O impacto fiscal da reforma administrativa tende a ser pequeno no curto prazo, mas, dependendo de como for regulamentada, as economias poderiam ser relevantes em uma década", acrescentou o diretor-executivo da IFI, Felipe Salto.

O documento faz simulações também isolando cada uma das possíveis medidas de reforma. Por exemplo, só a redução de salário inicial para quem ingressar no serviço público teria um impacto acumulado de R\$ 66,9 bilhões em uma década. Só a menor taxa de reposição, R\$ 80,9 bilhões. O alongamento das carreiras é que teria menor impacto, com R\$ 9,6 bilhões no acumulado até 2031, na União e nos Estados.

Além do estudo em si, a IFI coloca um "anexo on-line" em que detalha todos os números, as projeções e as premissas utilizados, inclusive individualmente por entes da federação. É um material grande para análise dos interessados no tema e para comparação com outros estudos sobre o tema.

O documento também simulou o impacto de uma interrupção por dois anos na progressão de carreiras do setor público, iniciativa que constava da PEC Emergencial, mas foi retirada, e que também teria possibilidade de ser adotada com a PEC da reforma administrativa. A análise foi feita porque a IFI avalia que a medida teria impacto fiscal relevante, o que é corroborado pelos números.

Para fazer os cálculos, Casalecchi adotou como premissa seu acionamento em 2025, ano em que a IH considera provável o estouro do teto de gastos. Até 2031, isso teria um impacto acumulado de R\$ 43,2 bilhões. "Note-se que, muito embora a medida fique acionada por apenas dois anos, seus efeitos são permanentes, pois após o fim de sua vigência não consideramos que os servidores receberão algum tipo de compensação pelos anos sem progressão e promoção - por exemplo, uma progressão mais acelerada", aponta o texto.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso>

## Queda nos gastos com pessoal

Economia acumulada por ano com cada possível medida de reforma administrativa - em R\$ bilhões

	Apenas alongamento de carreiras	Apenas redução do salário inicial	Apenas redução da taxa de reposição	Alongamento + salário inicial	Alongamento + taxa de reposição	Salário inicial + taxa de reposição	Alongamento + salário inicial + taxa de reposição
2022	0	1,5	1,1	1,5	1,1	2,3	2,3
2023	0,1	3,9	3,5	3,9	3,5	6,3	6,3
2024	0,3	7,2	7,1	7,4	7,3	12,2	12,3
2025	0,6	11,6	12,1	12	12,5	20	20,3
2026	1,2	17	18,5	17,8	19,3	30	30,6
2027	2	23,8	26,8	25,2	28,1	42,6	43,5
2028	3,1	32,1	36,9	34,3	39,1	57,9	59,4
2029	4,7	41,9	49,2	45,2	52,4	76,4	78,6
2030	6,9	53,5	63,9	58,3	68,4	98,2	101,4
2031	9,6	66,9	80,9	73,6	87,2	123,6	<b>128</b>

Fonte: Instituição Fiscal Independente (IFI)

# Planalto tentará distribuir o desgaste da CPI - BRASÍLIA - DF



estaduais pode gerar novos problemas para o governo federal. É que o Senado é a casa dos estados e muitos ali estão dispostos a entrar na defesa dos governadores. Em especial, o MDB.

Homem das leis

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, não vai mais segurar essa batata quente para o governo. Ele não havia instalado a CPI por causa das dificuldades de se realizar sessões presenciais e, agora, assim que for notificado, cumprirá a determinação judicial.

MDB, o silêncio que preocupa

A saída de Carlos Marun da Itaipu Binacional foi vista como um sinal de que o presidente Jair Bolsonaro terá com o que se preocupar em termos de apoios no Congresso. Silenciosamente, o partido vai deixando Bolsonaro apenas com os dois líderes no Senado, que agora terão que se dedicar dia e noite a preparar a estratégia do governo dentro da CPI da Covid.

Por falar em CPI

Parte dos aliados do governo vibrou com a decisão do ministro do STF, Luís Roberto Barroso. É que, a partir de agora, o governo terá que atender os senadores, que foram deixados de lado na **reforma ministerial**.

Intocável não existe

O Centrão já fez chegar ao presidente Jair Bolsonaro que não existe essa fórmula, de colocar uma ministra na Secretaria de Governo, no caso, a deputada Flávia Arruda (PL-DF), e não dar a ela plena liberdade para montar a sua equipe. Ou seja, está a pleno vapor a pressão para liberar as vagas a nomes mais ligados ao grupo de Arthur Lira e não ao ministro da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos.

Coisa rara/ O Senado aprovou por unanimidade, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional que retira por cinco anos todos os **impostos** e contribuições em todas as atividades associadas à produção de vacinas. Esse projeto foi pedido ao ex-secretário da Receita Everardo Maciel pelo senador Major Olímpio (PSL-SP), que morreu por covid logo depois de apresentar a proposta. O senador Otto Alencar reapresentou o texto, aprovado agora.



**DENISE ROTHENBURG**

A decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso, que mandou abrir a CPI da Covid, mobilizou o governo para definir uma estratégia, a fim de não deixar que o presidente Jair Bolsonaro se transforme em principal alvo. Num cenário em que se detectou desvio de recursos destinados à covid em vários estados, a esperança dos líderes governistas é a de que se consiga colocar os governadores na linha de frente do desgaste, antes mesmo do governo federal. Essa era ontem uma das possíveis estratégias, caso não haja outros meios de tentar segurar a CPI.

A tentativa de mirar esse canhão para os governos

Pesquisas made in Brasil/ Sem muito alarde, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação acompanha, pelo menos, 15 pesquisas de vacinas nacionais e outras tantas de remédios contra a doença. Em breve, avisa o ministro Marcos Pontes, virão boas notícias nesse setor, para se somar à Versamune e à Butanvac.

Gesto político I/ O fato de o presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, Aécio Neves (PSDB-MG), presidir a reunião com especialistas sobre a quebra de patentes de vacinas foi vista como um gesto de apreço ao PSDB na Casa por parte de Arthur Lira.

Gesto político II/ O mesmo Lira que faz um aceno a Aécio Neves tem mantido uma distância regulamentar do presidente Jair Bolsonaro. Sinal de que, até aqui, a chegada de Flávia Arruda ao governo ainda não foi suficiente para apaziguar o Centrão.